



INSTITUIÇÕES DA PAR

À espera dos primeiros refugiados

NETO, DE 25 ANOS, HERDA CAUSA SOCIAL DA AVÓ, EM VILA VIÇOSA

Geneticamente solidários



DISTRIBUÍDA NESTA EDIÇÃO

Revista Refugiados para desfazer todas as dúvidas



ANSE, MAIA

Novo lar em Milheirós é «hotel de quatro estrelas»



FUNDAÇÃO IRENE ROLO, TAVIRA

Futuro passa pela resposta à doença mental



UDIPSS VIANA DO CASTELO

As IPSS têm que ser fortes e estar unidas



UDIPSS PORTO

Contratação Coletiva de Trabalho em análise

O assunto é de enorme importância para a vida das IPSS e, por isso, bastante sensível também, o que levou dezenas de dirigentes e colaboradores de muitas instituições do distrito do Porto até Matosinhos, à Porto Business School, para uma sessão de esclarecimento sobre o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) acordado entre a CNIS e a FNSTFPS (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais).

Tal como outras congéneres têm vindo a promover em outros distritos, a UDIPSS Porto, depois de Penafiel, realizou a segunda sessão de esclarecimento em Matosinhos e contou com as explicações de Henrique Rodrigues e Rui Silva, assessores jurídicos da CNIS e da União Distrital do Porto, respetivamente.

A sessão, de três horas, começou com algumas explicações sobre as principais alterações aos preceitos legais relativos à Tabela A e a que se seguiu um período de perguntas e respostas bastante concorrido.

Logo no arranque da sessão, o jurista da CNIS lembrou que o CCT não sofria uma atualização desde 2009, apesar de algumas categorias terem beneficiado de progressões na carreira, tendo ao longo do tempo a CNIS vindo a trabalhar para “uma harmonização da progressão das carreiras das categorias docentes e não docentes”.

Alvo de alguns equívocos de interpretação, a questão da dualidade de critérios remuneratórios entre docentes e não docentes mereceu uma explicação por parte de

Henrique Rodrigues: “Até 1997 a tabela era a mesma, mas com o alargamento da Rede de Pré-Escolar ao Setor Solidário surgiu a obrigatoriedade de paralelismo entre a tabela do Público e do Particular e Cooperativo”.

Já ao pedido recorrente das IPSS para, à semelhança do que se passou no Estado, haver a possibilidade de haver cortes salariais, Henrique Rodrigues lembrou que, apesar de em 2009 o Estado ter suspenso as progressões na carreira e em 2010 ter efetuado cortes salariais, mesmo com esses cortes no topo da carreira os educadores de infância no Setor Público auferem mais cerca de 500 euros.

Assim, relativamente à Tabela B, os montantes mantêm-se e há uma suspensão, durante dois anos, da progressão na carreira, enquanto, na Tabela A, as principais alterações se referem à progressão na carreira e às remunerações, sendo que a atualização salarial implica um aumento de 20 euros.

Este aumento foi justificado, entre outros factos, com o acréscimo de trabalho, “pelo que a CNIS acha correto o aumento salarial”, referiu o jurista.

Na abertura dos trabalhos, o padre Baptista, presidente da UDIPSS Porto, depois de dar as boas-vindas, apelou à adesão das instituições à Plataforma de Apoio aos Refugiados, na qual o próprio representa a CNIS na Comissão Executiva, e recordou que é urgente e necessário as instituições tratarem da aprovação de novos estatutos, o que têm que fazer até 17 de novembro.

Rui Silva fez uma pequena preleção sobre a matéria, igualmente muito importante,



pois a não atualização e adequação dos estatutos à nova legislação implica a perda do estatuto de Utilidade Pública por parte das instituições que não o fizerem.

O sinal inequívoco de que o sector social e solidário é importante para o(s) governo(s)

JOSÉ LEIRIÃO/CNIS

Todos conhecemos os efeitos das políticas de austeridade implementadas nos últimos quatro anos, que afectaram a sustentabilidade do crescimento económico, tais como:

- O aumento muito significativo das taxas de desemprego
- A redução dos rendimentos das famílias
- Redução do rendimento dos mais idosos e do RSI
- Aumento do risco de pobreza entre a população em idade de trabalhar, pensionistas e idosos
- Aumento das desigualdades
- Aumento significativo dos trabalhadores que auferem o ordenado mínimo nacional (em 2011 a percentagem de trabalhadores que recebiam o salário mínimo era de 11.3%, e em 2015 passou para 19,6%, portanto em quatro anos houve um aumento de 73,6%, isto é, cerca de 1 em cada 5 trabalhadores auferem o ordenado mínimo nacional. (aumento da precariedade no emprego)
- A pobreza e a exclusão social aumentou significativamente
- Aumento significativo dos jovens que não tem emprego, nem estudam, nem estão em cursos de formação e estágios profissionais (NEETs)



- Aumento significativo da emigração
- Deslocação do investimento para fora do país

O(s) próximos governos tem de adoptar políticas que contrariem e invertam definitivamente esta tendência, sendo necessário a implementação de políticas que assegurem o “progresso social”, ou seja, Portugal precisa de uma estratégia de progresso social que combata a precariedade e lute pela criação de emprego digno, que corrija o movimento do aumento das desigualdades sociais e da pobreza e possa promover o bem estar social e uma melhor qualidade de vida das pessoas no nosso país.

Por outro lado, é crucial, pois, que seja dado um sinal inequívoco de que o sector social e solidário venha a ter um papel relevante na agenda social, que reflecta a sua importância a nível nacional em vários domínios, como todos sabemos, e esse sinal para mim seria a criação de uma Secretaria de Estado para a Economia Social Solidária, na estrutura do Ministério da Economia, de forma a que as Instituições possam contribuir de forma efectiva para a elaboração de políticas públicas que possam dar resposta positiva aos elementos que acima indiquei.

Remuneração no sector solidário

Padre Lino Maia/Presidente da CNIS

1. Quando se fala de Instituições de Solidariedade fala-se da responsabilidade de cada um e de todos na causa comum e de comunidades que se organizam para elas próprias encontrarem respostas para as suas necessidades. Quando se fala de Instituições de Solidariedade fala-se de um pilar fundamental no suporte e no apoio, com opção preferencial pelos mais carenciados e fala-se da expressão da caridade, da cidadania, da solidariedade e do empreendedorismo. Quando se fala de Instituições de Solidariedade fala-se de um setor solidário que presta serviço público e que cresceu exponencialmente passando a assumir importância social e económica de relevo. Quando se fala de Instituições de Solidariedade fala-se de capilaridade, de gratuidade e de envolvimento e fala-se do coração, da arte e do engenho dos seus dirigentes.

Parafrazeando Bertold Brecht ("tantas histórias quantas perguntas"), quando se fala de Instituições de Solidariedade também se fala dos seus muitos e muitos trabalhadores. Com a sua dedicação e mestria, permanentemente eles asseguram aberturas de portas que pareciam encerradas e, no seu quotidiano de serviço transportam sorrisos de reconstrução do humano que pedras desumanas haviam ferido. E parafrazeando Santo Ambrósio ("de obitu Valentiniani consolatio"), trabalhando como trabalham, eles são "a mão de Cristo que continua a criar e a fazer o bem".

2. Presentemente, o Sector Solidário emprega mais de 200 mil pessoas. Com maioria de mulheres. Com diversificadas competências. Muitas e alguns, que a "agilidade" de um sector lucrativo recusaria, encontraram no Sector Solidário espaço e desafios para partilharem a sua experiência e para converterem serenamente as suas aptidões.

Num Sector que se situa preferencialmente no combate à pobreza e na promoção da igualdade, olhando para outras áreas da economia, facilmente os seus trabalhadores se reconhecerão em inferioridade salarial e em dedicação provavelmente bem superior. Experimentados e peritos na gestão e na ultrapassagem das dificuldades das pessoas, também eles compreendem as dificuldades das Instituições de Solidariedade em que servem. Assim, as suas quase únicas e repetidas reivindicações situam-se no quererem mais formação para melhor serviço.

Sempre assim foi, como o tem sido durante esta longa crise. Com o apoio dos Sindicatos no exercício das suas competências e das suas responsabilidades.

O Sector Solidário pode orgulhar-se por, durante estes quatro anos, nenhuma das suas portas se ter fechado e por não só não ter havido despedimentos como por até terem sido criados alguns postos de trabalho. Mérito dos dirigentes, com certeza. Mas muito mérito também dos seus trabalhadores.

"Despedida a troika", quem de direito impôs (e bem) o aumento do salário mínimo nacional, com efeitos a 1 de Janeiro. Situando-se num Estado de Direito e servindo como ninguém os direitos humanos, o Sector Solidário acatou o aumento do salário mínimo nacional nos seus termos e nos seus tempos,



alargando o mesmo valor a todos os seus trabalhadores. Um pequeno sinal de um Sector cuja matriz, repete-se, é o do combate à pobreza e a promoção da igualdade. Tendo beneficiado legitimamente de alguma atenção por parte do Estado, ao reagir como reagiu, o Sector criou a si próprio algumas dificuldades; porém o sinal com que reconhece a dedicação dos seus trabalhadores é um sinal que pode e deve iluminar um caminho a percorrer.

3. "O trabalho deve ser remunerado de tal modo que permita ao homem e à família levar uma vida digna, tanto material ou social, como cultural ou espiritual, tendo em conta as funções e a produtividade de cada um e o bem comum" (cfr. Gaudium et Spes, 67 e AAS 58).

Não sendo a CNIS uma instituição eclesial, comunga aquela orientação da doutrina social da Igreja e sente-se desafiada não só a defendê-la como a praticá-la.

Na recente campanha eleitoral, louvavelmente, houve consenso na defesa do Estado Social por parte de todos os Partidos. E, ao que parece, no novo ciclo já iniciado ou prestes a iniciar-se, uma das primeiras medidas poderá ser a da atualização do salário mínimo nacional. Provocará certamente reajustamentos e dificuldades, mas é uma medida de justiça para permitir ao homem e à família levar uma vida digna.

Como o reconhece a Constituição (tantas vezes referida) há três setores na economia: público, privado e social. Comprometendo todos, a atualização do salário mínimo deve envolver os três setores.

Se o sector lucrativo deve ser envolvido na definição da remuneração considerando o dever da justiça, o direito a uma vida digna dos trabalhadores e a produtividade, para o Sector Solidário, para além dessas considerações, acresce o facto de as Instituições de Solidariedade serem prestadoras de serviço público. Sendo a produtividade dos seus trabalhadores mais imaterial que quantificável, mais do que ninguém, eles são merecedores de uma vida digna, tanto material ou social, como cultural ou espiritual. A sustentabilidade das Instituições de Solidariedade depende, simultaneamente, de uma boa gestão e de um Estado que assume as suas responsabilidades. No caso, também reforçando o seu apoio para que seja praticada justiça para com os trabalhadores.

É uma questão que, doravante, tem de estar na linha da frente na cooperação.



CONVOCATÓRIA

Congresso

Nos termos da alínea h), do Artigo 27º e do Artigo 32º dos Estatutos, bem como do disposto no Artigo 5º n.º 4. do Decreto-lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), para reunir, sob a forma de Congresso, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia **14 de Novembro**, pelas **11h30**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - *Deliberar sobre uma proposta da Direção, para alteração dos seguintes artigos dos Estatutos da CNIS:*

- artº 1º, 2 – Mudança do local da sede.
- artº 6º, 3 – Eliminação do segmento. “... e sem prejuízo do disposto no artigo quinquagésimo.”
- artº 7º - Aposição, no final, da expressão: “ou afins”
- artº 9º - Introdução de uma nova disposição, a alínea b), com a seguinte formulação: “As associadas apenas adquirem a qualidade de membros de pleno direito após aprovação da admissão pela Direção.”
- O atual corpo do artigo passa a constituir a alínea a).
- artº 10º - Introdução de uma nova alínea, d), com a seguinte formulação: “Ser informadas com regularidade das atividades desenvolvidas pelos órgãos da Instituição.
- artº 11º, 1 - Introdução de uma nova alínea, d), com a seguinte formulação: “Cumprir e fazer cumprir estes estatutos.
- artº 12º - Introdução de um novo número, 5, com a seguinte formulação: “Compete à Direção a aplicação das sanções disciplinares”.
- artº 18º, 2 - Reformulação da redação desta disposição, que passará a ser a seguinte: “ A duração do mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal é de quatro anos.”
- artº 18º, 3 – Aposição, no final, do seguinte segmento: “... devendo esta ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao da eleição.”
- artº 18º, 5 – Introdução de uma nova disposição, com a seguinte redação: “5 – O colégio eleitoral é constituído por todas as associadas que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos e possuam pelo menos um ano de inscrição como associadas, através dos delegados ao Congresso pelas mesmas designados.”
- artº 21º, 1 - Reformulação da redação desta disposição, intercalando a expressão “ocorrendo justa causa” entre “... a todo o tempo ser destituídos ...” e “... por deliberação de ...”.
- artº 21º, 3 – Substituição da formulação “... com a presença da maioria das associadas requerentes” por esta outra: “... com a presença de três quartos das associadas requerentes”.
- artº 22º, 2 - Reformulação da redação desta disposição, intercalando a expressão “... no prazo máximo de um mês ...” entre “das vagas verificadas ...” e “... devendo os substitutos ...”.
- artº 24º, 2 - Aposição, no final, do seguinte segmento: “... de entre os titulares dos respetivos órgãos sociais”.
- artº 25º - Introdução de uma nova disposição, com o número 2, com a seguinte formulação: “Sem prejuízo da sua representação pelos delegados referidos no nº 2 do artigo anterior, as associadas de nível intermédio podem também intervir, por si, nas assembleias gerais, sem direito de voto.”
- O atual corpo do artigo passa a a constituir o nº 1.
- artº 26º, 3 – Reformulação da redação, que passará a ser a seguinte: “ 3 – O voto por procuração,

necessariamente exercido por um delegado à assembleia geral, será autorizado por parte do presidente da Mesa da Assembleia Geral, desde que previamente requerido e justificado, mas cada associada não poderá representar mais de uma outra associada.”

- artº 27º - Introdução de duas novas disposições, as alíneas i) e j), com a seguinte formulação: “i) Deliberar sobre aquisição a título oneroso e sobre a alienação de imóveis. j) Definir os critérios para a remuneração do exercício de funções por titulares do órgão de administração, sendo caso disso, nos termos do artº 20º, 2 destes Estatutos.”
- artº 29º, c) - Substituição da expressão “por requerimento de dois terços dos membros” pela expressão “por requerimento de três quartos dos membros.”
- artº 31º, 1 – Reformulação desta disposição, que passará a ter a seguinte redação: “1. A convocatória deverá ser publicada em, pelo menos, dois jornais de expressão nacional, sendo também remetida, com a antecedência mínima de 15 dias, por correio eletrónico, para todas as associadas que possuam o correspondente endereço.”
- artº 31º, 2 – Reformulação desta disposição, que passará a ter a seguinte redação: “A realização da assembleia geral deverá ainda ser publicitada no sítio institucional da CNIS, devendo igualmente sê-lo no Jornal oficial e sendo igualmente afixada na sede e delegações da Instituição.
- artº 31º, 2, 3 e 4 atuais: são renumerados, passando a ser, respetivamente, os números 3, 4 e 5.
- artº 33º, 1 – Substituição da formulação “trienalmente” pela expressão “quadrienalmente”.
- artº 33º, 2., b) – Aposição, no final, da expressão: “... sendo subscrita por dois terços dos seus membros.”
- artº 33º, 6 – Disposição nova, com a seguinte formulação: “6 - Apenas os associados com, pelo menos, um ano de inscrição poderão eleger e ser eleitos para os órgãos sociais, ou propor listas de candidatura, nos termos do nº 2., c) deste artigo.
- artº 37º - Revogado, renumerando-se as disposições seguintes em conformidade.
- artº 38º, 2 (Novo artº 37º, 2) - Substituição de “o Presidente-Adjunto” por “o Vice-Presidente”
- artº 39º, h) (Novo artº 38º, h)- Reformulação da redação desta disposição, que passará a ser a seguinte: “Definir e uniformizar os critérios a que devem obedecer a constituição, o funcionamento e o âmbito das uniões e federações, para que possam filiar-se na CNIS, ouvido o Conselho Geral, e deliberar sobre os pedidos de filiação na CNIS, após apreciação da respetiva oportunidade e adequação aos interesses coletivos.”
- artº 39º, j) (Novo artº 38º, j) – Reformulação da redação desta disposição, que passará a ser a seguinte: “Informar periódica e regularmente o Conselho Geral, as uniões e as federações sobre a atividade da Confederação.”
- III
- artº - artº 39º artº 39º, n) – (Novo artº 38º, n)
- Disposição nova, com a seguinte formulação: “Criar delegações, definindo o respetivo âmbito e competências, nos termos do artº 1º, 3.
- artº 41º - (Novo artº 40º) - Substituição de “quinzenal” por “mensal”.
- artº 43º, a) (Novo artº 42º, a) – Aposição, no final da disposição, do segmento “... de acordo com o artº 33º, 2., b) destes Estatutos.”
- artº 43º, e) (Novo artº 42º, e) – Reformulação desta disposição, que passa a ser a seguinte: “Dar parecer, que pode ser delegado na respetiva Comissão Permanente, a pedido da Direção, sobre os Protocolos anuais de cooperação e sobre as alterações mais relevantes em sede de contratação coletiva, bem como, em plenário, sobre quaisquer



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia **14 de Novembro**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2016;**
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de ação e orçamento para 2016;**
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2016;**

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia-geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 2, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 26 de Outubro de 2015

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 PORTO
☎ 226 068 614 | 226 065 532 | 226 001 774
E-mail: cnis.porto@mail.telepac.pt
www.cnis.pt

outras matérias que a Direção submeta à sua apreciação.

- artº 44º - Disposição nova, com a seguinte redação: “(Outras uniões e federações) O respetivo Presidente poderá convidar a participar nas reuniões do Conselho Geral, sem direito a voto, os representantes de uniões ou federações que não preencham os requisitos referidos no nº 1 do artº 41º, consoante as matérias em apreciação no mesmo Conselho.”
- artº 45º - Disposição nova, com a seguinte redação: “(Reuniões restritas) O Presidente poderá convocar reuniões restritas do Conselho Geral, para informação e análise especializada sobre matérias que digam respeito predominantemente a alguns membros deste órgão, consoante a sua natureza, competências e âmbito.”
- artº 46º - Disposição nova, com a seguinte redação: (Comissão Permanente do Conselho Geral) Funcionará no âmbito do Conselho Geral uma Comissão Permanente, constituída da seguinte forma:
 - um representante das Uniões Distritais da Região Norte, designado pelos membros do Conselho Geral representantes das referidas uniões;
 - um representante das Uniões Distritais da Região Centro, designado pelos membros do Conselho Geral representantes das referidas uniões;
 - um representante das Uniões Distritais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo o Distrito de Setúbal, designado pelos membros do Conselho Geral representantes das referidas uniões;
 - um representante das Uniões Distritais da Região do Alentejo e da União Regional do Algarve, designado pelos membros do Conselho Geral representantes das referidas uniões;
 - um representante das Uniões Regionais dos Açores e da Madeira, designado pelos membros do Conselho Geral representantes das referidas uniões;
 - um representante das Federações que integram o Conselho Geral, designado pelos representantes no Conselho Geral dessas federações.
- 2 – Os membros da Comissão Permanente do Conselho Geral não poderão exercer tais funções em simultâneo com o exercício de cargo na Mesa da

Assembleia Geral, na Direção ou no Conselho Fiscal.

- artº 47º - Disposição nova, com a seguinte redação: “(Competência) Compete à Comissão Permanente do Conselho Geral dar parecer, nos termos do artº 42º, e) destes estatutos, mediante prévia e necessária consulta pela Direção, sobre os Protocolos anuais de cooperação e sobre as alterações mais relevantes em sede de contratação coletiva, sem prejuízo da competência originária do Conselho Geral prevista na mesma disposição estatutária.”
 - artº 48º - Disposição nova, com a seguinte redação: “(Delegação) Os membros da Comissão Permanente do Conselho Geral individualmente considerados poderão, por delegação expressa da Direção, representar a CNIS nas iniciativas que tenham lugar na área ou domínio correspondente à respetiva representação na mesma Comissão Permanente.”
 - Os atuais artsº 45º a 49º são renumerados, passando a constituir os artsº 49º a 53º da proposta de estatutos.
 - artº 50º, 2., a) (anterior artº 46º, 2., a) – Reformulação da redação desta disposição, que passará a ser a seguinte: “a) Assistir às sessões da Direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.”
 - Revogação dos artsº 50º a 52º dos atuais Estatutos.
- Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, o Congresso terá início quinze minutos depois, pelas 11,45 horas, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o nº 2. do artº 31º dos Estatutos da CNIS
- Notas: 1. A presente Convocatória contém, em Anexo, a proposta do novo texto estatutário;
2. Nos termos do artigo 5º n.º 5 do Decreto-lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, as presentes alterações estatutárias são deliberadas por maioria simples dos votos.
- A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Profª Doutora Manuela Mendonça)
Porto, 21 de Outubro de 2015

CONSELHO GERAL

Novos estatutos da CNIS em debate

O Conselho Geral reuniu em Viana do Castelo naquela que foi a segunda reunião itinerante do órgão consultivo da Direção da CNIS. Da vasta ordem de trabalhos, que ocupou os conselheiros durante toda a tarde da última segunda-feira de outubro, destaque para a apresentação do Plano de Atividades e do Orçamento Previsional para 2016 e ainda para o debate em torno de questões muito pertinentes como o novo Contrato Coletivo de Trabalho assinado entre a CNIS e a FNSTFPS (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais), ou a revisão dos estatutos da CNIS.

Sobre esta matéria, e após algum debate sobre as propostas de alteração que a Direção apresentou, o padre Lino Maia reforçou o alerta para a necessidade de todas as instituições procederem à alteração dos seus estatutos até 16 de novembro, sob pena de perderem o estatuto de Utilidade Pública.

O presidente da CNIS solicitou a todos os presidentes das Uniões Distritais e representantes das Federações presentes que alertem as IPSS para esta situação, referindo mesmo, para aqueles casos em que o processo está muito atrasado, que “ainda que estejam mal os projetos de alteração, devem entregar nos respetivos serviços até ao dia 16 de novembro”.

Relativamente aos estatutos da Confederação, foi explicado pelo presidente que o que se pretende é “tornar a CNIS mais dinâmica e mais próxima”, pelo que há a intenção de que o Conselho Geral tenha uma presença mais forte, criando-se até uma Comissão Permanente, com representantes das diversas regiões do País (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Sul e Ilhas e ainda um das Federações), para que haja um maior acompanhamento da ação da CNIS, especialmente, em matérias como a Contratação Coletiva e a Cooperação.

“Será um órgão que acompanhará e influenciará as tomadas de posição da CNIS em especial naquelas duas áreas, sendo que em algumas matérias poderá mesmo representar a CNIS, especialmente, a nível mais local”, sustentou o padre Lino Maia.

Ainda sobre esta matéria, o assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues sublinhou que “mantiveram-se todas as competências do Conselho Geral, mas delegam-se na Comissão Permanente os dossiês da Contratação Coletiva e da Cooperação, sendo que o Conselho Geral pode chamar a si a intervenção nessas matérias”.

Por parte de diversos conselheiros houve propostas de alteração e pedidos de esclarecimento, que a Direção acolheu e explicou na medida do possível.

PROGRAMA DE AÇÃO 2016

O presidente-adjunto da CNIS apresentou, então, o Plano de Atividades para 2016, no qual a Confederação mantém a prioridade de afirmação do Setor Solidário na sua

especificidade de prestador de serviço público em cooperação com o Estado.

“Este Programa de Ação é elaborado no contexto de um novo quadro comunitário – Portugal 2020 – em que a vertente da Economia Social Solidária terá uma atenção relevante”, sustentou João Dias.

Assim, a CNIS define como objetivos estratégicos para a sua ação no ano de 2016: promover a cidadania ativa; representar as IPSS, promover as negociações com as entidades do poder central e local indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações; apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária a fim de assegurarem a intervenção de proximidade com qualidade, inovação e sustentabilidade; e contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários.

No espaço destes quatro objetivos estratégicos estão previstas diversas ações, sendo que algumas estão ainda dependentes da atribuição de financiamento, proveniente de candidaturas efetuadas ou ainda a efetuar no âmbito do Portugal 2020.

Assim, ficam aqui algumas das iniciativas previstas: assinalar o Dia da CNIS (15 de janeiro) com um debate sobre o Estado Social; realizar encontros temáticos sobre Cooperação, Saúde, Fiscalidade nas IPSS e contratação pública, Desenvolvimento, empreendedorismo e inovação, e promoção/proteção/acolhimento de crianças e jovens; promover a realização da 10ª edição da Festa da Solidariedade; realizar ações de sensibilização/informação relativas à sustentabilidade das IPSS, conducentes à elaboração posterior de um guião de boas práticas; organizar um seminário relativo ao Empreendedorismo Social e Empreendedorismo Social Jovem, motivando os intervenientes para a criação de postos de trabalho neste setor ou mesmo a criação de instituições neste âmbito; sensibilizar as IPSS para o uso das Tecnologias de Informação, quer pelo uso do website da CNIS, quer por ações de sensibilização para o uso e desenvolvimento do marketing digital e redes sociais como medida de promoção/mediação do impacto ao nível da empregabilidade.

A este propósito, o presidente-adjunto revelou que está para breve o novo website da CNIS, que permitirá uma “interação mais direta dos associados com a CNIS”.

A CNIS E A PAR

Como representante da CNIS na Comissão Executiva da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), o padre José Baptista fez uma resumida apresentação da iniciativa de que a CNIS é membro-fundador, revelando que das 68 instituições-anfitriãs que já assinaram o protocolo para acolhimento de famílias refugiadas, 30 são IPSS, sendo que no universo da CNIS já houve a manifestação de interesse em aderir por parte de mais de meia centena de instituições, até ao passado dia 19 de outubro.



O padre José Baptista apelou ainda a todos os conselheiros que propaguem junto das IPSS a mensagem da necessidade de se promover um bom acolhimento aos refugiados que em novembro começarão a chegar. O representante da CNIS na Comissão Executiva da PAR lembrou que as instituições podem apoiar cedendo materiais necessários, como alimentação, vestuário, calçado, mobiliário e outros bens, mas também ajudando na integração escolar ou laboral dos refugiados acolhidos em instituições-anfitriãs.

No início do encontro de outono do Conselho Geral, que decorreu na sala Couto Viana, da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, a vereadora da autarquia vianense

com o pelouro da Solidariedade Social, Ana Margarida Silva, deu as boas-vindas aos conselheiros, desejando uma profícua reunião.

A fechar os trabalhos, o Conselho Geral deliberou que fosse promovido um encontro com os candidatos presidenciais que assim o entenderem, uma vez que a CNIS recebeu, por parte de dois dos candidatos às próximas eleições presidenciais, a solicitação de um encontro de trabalho com as IPSS, a fim de melhor se inteirarem do trabalho desenvolvido por estas. O encontro será em Fátima em data a anunciar, mas será ainda antes da campanha eleitoral arrancar oficialmente.

PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

Instituições anfitriãs prontas a receber 85 famílias

A primeira Assembleia Geral da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) foi palco, não só da eleição, por unanimidade, de Rui Marques, mentor e principal impulsionador da iniciativa, para o cargo de coordenador, mas igualmente da assinatura dos primeiros 68 protocolos com as instituições anfitriãs, que “de imediato” estão prontas para acolher as primeiras 85 famílias que chegarem a Portugal, num total de 420 pessoas.

Para Rui Marques, todas as ações desenvolvidas pela PAR, que nasceu da sociedade civil e em um mês conseguiu disponibilizar 85 habitações que poderão acolher 420 pessoas, têm um grande objetivo: “Estarmos preparados para receber os refugiados, que deverão começar a chegar no final do mês de outubro, e conseguirmos ter as melhores condições possíveis, a todos os níveis, para que se sintam bem-vindos e bem recebidos no nosso País”.

E o coordenador da PAR recordou que o que se está a fazer “não é simplesmente uma questão logística, não se trata apenas de resolver questões ligadas ao alojamento e à alimentação, integração das crianças no sistema de educação ou as famílias na Saúde, é muito mais do que isso, é uma questão civilizacional”, sublinhando que “a PAR é uma iniciativa da sociedade civil, que nasceu a partir da capacidade das instituições e dos cidadãos em se organizarem e mobilizarem para em menos de mês e meio conseguirem construir uma solução coletiva que contribui e procura convergir com o esforço que o Estado português é chamado a fazer neste momento”.

Rui Marques reforçou ainda uma ideia que vem repetindo: “Este é o momento em que definimos quem somos enquanto comunidade e este é também o momento de definirmos quem queremos ser no futuro”.

Já antes, António Feijó, vice-reitor da Universidade de Lisboa, em cujo salão nobre decorreu a cerimónia, lembrou, a propósito da recusa da Hungria em receber refugiados quando na II Grande Guerra muitos húngaros também foram eles próprios um povo refugiado, que “isto não pode ser feito por uma questão de simetria moral”, apelando ao espírito de solidariedade que deve estar presente em todos os seres humanos.

Por seu turno, Pedro Calado, Alto-Comissário para as Migrações, sublinhou “o renovado espírito empreendedor” que conduziu à concretização da Plataforma de Apoio aos Refugiados, considerando aquele “um dia com profundo simbolismo, não só para a PAR, mas também para o Alto-Comissariado para as Migrações (ACM)”.

“A manifestação de disponibilidade por parte da sociedade civil para o acolhimento e a integração de refugiados em Portugal reveste-se de uma enorme importância e, sublinho o que disse o doutor Rui Marques, tem uma importância civilizacional”, sustentou Pedro Calado, que lembrou: “Estamos perante a maior crise de

refugiados desde a II Guerra Mundial. Estamos perante uma vaga sem precedente de conflitos ao redor da Europa e estamos, mais do que nunca, sujeitos a responder, afirmativa ou negativamente, a uma questão muito simples: importamo-nos com isto ou não? A vossa resposta, enquanto Plataforma, foi inequívoca e foi muito célere e até muito inspiradora para aquilo que veio a ser depois o Grupo de Trabalho para a Agenda das Migrações, criado no dia 3 de setembro por seis secretários de Estado, precisamente porque se entendeu que, do lado da Administração Pública, era preciso também uma governação integrada, porque precisávamos de consolidar uma estratégia comum, não só do lado da Administração Pública, mas também aí era preciso juntar o SEF, o ACM, a Direção-Geral de Saúde, a Direção-Geral da Educação, a Segurança Social e o IEFP, em torno daquilo que temos vindo a dizer que deve ser uma resposta numa lógica quase de complexo vitamínico. No fundo, tentar que aquilo que são os fatores decisivos para a integração dos refugiados em Portugal, estas entidades, do lado da Administração Pública, se concertassem, mapeassem aquilo que são as respostas e que, efetivamente, desenhassem um plano nacional”.

E neste rumo, o Alto-Comissário para as Migrações sublinhou o exemplo dado pela PAR, deixando um agradecimento pela iniciativa.

“Diria que houve um empowerment maior deste plano quando se percebeu que do lado da sociedade civil, não só havia um interlocutor privilegiado na figura da PAR, mas também depois alargado à ANMP, e creio que temos uma estratégia coerente, concertada e integrada e alargada também a esta Plataforma, que de facto merece, da minha parte, um obrigado”.

Na abertura dos trabalhos, a Reunião Magna serviu ainda para apresentar a plataforma de e-learning, que servirá para preparar as instituições e seus colaboradores a melhor acolherem e ajudarem na integração dos refugiados, e ainda da revista «Refugiados», para acabar com “medos e mitos”, como esclareceu Rui Marques, que na cerimónia de abertura sustentou que o caminho que está a ser feito vai “além da boa vontade”, sublinhando que “está a ser desenvolvido um trabalho sério, consistente e profissional”.

No arranque formal da Plataforma, 68 instituições anfitriãs, entre as quais 30 IPSS, firmaram o compromisso com a PAR no sentido de acolher e integrar famílias de refugiados, que até ao final do mês começarão a chegar.

A cerimónia serviu ainda para apresentar a Comissão Executiva da PAR, que conta com a CNIS, representada pelo padre José Baptista, Unicef Portugal, GRACE, Fundação EDP, Comunidade Islâmica, Congregação das Escravas, Serviço Jesuíta aos Refugiados, Conferência Episcopal e Cáritas Portuguesa, e empossado o Secretariado Técnico, que dará suporte às instituições anfitriãs.



A revista Refugiados, que é distribuída com a presente edição do SOLIDARIEDADE, é um “esforço conjunto da PAR e de um conjunto muito variado de voluntários, que reunindo as suas diferentes competências – jornalista, fotógrafos, designers – procuraram produzir uma revista que estivesse disponível para a sociedade portuguesa e de uma forma massiva possa chegar a muitos portugueses em torno daqueles que são os mitos e os medos que se colocam no debate público”, explicou Rui Marques.

A publicação conta com o alto patrocínio do ACM, porque, como explicou Pedro Calado, “entre as competências do Alto-Comissariado no Grupo de Trabalho criado pelo Governo, estão, por um lado, a concertação com a sociedade civil e, por outro, a sensibilização, ou seja, tentar levar a informação e conhecimento à opinião pública, desconstruindo muitos dos mitos que infelizmente existem”.

ALTO-COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Portugal está em condições de receber 3 mil refugiados

Portugal já está em condições de receber 3 mil refugiados, garantiu o Alto-comissário para as Migrações, segundo o qual há 63 municípios, dos 18 distritos e ilhas, disponíveis e preparados para os acolher. Pedro Calado adiantou que durante o último mês foi feito um levantamento nacional das ofertas e das necessidades, em matéria de alojamento, alimentação, inserção no mercado de trabalho e formação profissional, pelo Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações. "Se chegassem a curto prazo 3 mil indivíduos, acreditamos que, com estas respostas que recebemos, tínhamos capacidade para os acolher", disse o Alto-comissário para as Migrações.

Um número calculado depois de terem terminado o levantamento e contado as respostas oferecidas que chegaram através do preenchimento do respetivo formulário no site criado especificamente para o efeito (www.refugiados.acm.gov.pt).

Segundo Pedro Calado, houve já 63 municípios que mostraram disponibilidade para acolher os refugiados que vão chegar a Portugal. "Isto num primeiro levantamento porque a Associação Nacional de Municípios já disse que há mais municípios, mas que não se inscreveram em tempo útil", adiantou.

Da parte da Plataforma para os Refugiados (PAR) e das instituições de solidariedade social, nomeadamente a União das Mutualidades, a União das Misericórdias Portuguesas e a Confederação Nacional das

Instituições de Solidariedade (CNIS), chegaram mais respostas. Aliás, num levantamento recente, a PAR dava conta de ter 115 instituições e 135 famílias com interesse em receber, o que representa 660 pessoas refugiadas a acolher. No imediato, existem 68 instituições e 85 famílias preparadas, com uma capacidade para dar resposta a 420 refugiados. Números que, segundo o Alto-comissário, deixam o grupo de trabalho animado, já que o mapeamento foi feito num curto espaço de tempo. Porém, continuam a ser insuficientes para o número total que Portugal vai receber: 4.574 pessoas. "Se há entidades que continuam a ter disponibilidade, não deixem de continuar a submeter as propostas porque ainda não será suficiente", pediu.

Pedro Calado aproveitou para esclarecer que, ao contrário do que tem sido divulgado em alguma imprensa, a maior parte das respostas não são em casas particulares, mas sim respostas institucionais, que vão desde alojamentos e habitações municipais até alojamentos em pensões ou hotéis. De acordo com o responsável, o objetivo é descentralizar e não deixar que as pessoas refugiadas se concentrem todas nos grandes centros urbanos, sublinhando que as respostas dos municípios vieram dos 18 distritos e das ilhas. "Portugal em peso respondeu a este desafio e temos todos os distritos fortemente mobilizados para esta integração", frisou.

Garantiu igualmente que as soluções previstas estão pensadas não só para



famílias, mas também para pessoas que cheguem sozinhas ou crianças desacompanhadas. Sobre o perfil dos refugiados que veem para Portugal, Pedro Calado explicou que "só virão pessoas de nacionalidades que têm tido taxas de atribuição [de proteção internacional] superior a 75%",

definidas pela Comissão Europeia. "Neste caso limitamos a sírios, iraquianos e eritreus, que comprovadamente estão numa situação de risco acrescido e a única coisa que sabemos é isso, que tenderão a vir dessas três origens, em trânsito de Itália e Grécia", adiantou.

PLATAFORMA DE APOIO A REFUGIADOS

Formação e-learning conta com 750 inscrições

A PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados iniciou já uma formação e-learning sobre o acolhimento e integração dos refugiados em Portugal, com uma sessão presencial na Mesquita Central de Lisboa e outra na Universidade Católica, no Porto.

A formação, ministrada em formato e-learning, é constituída por 11 módulos com a duração de 2 horas e meia cada um. Até ao momento a formação conta já com 750 inscrições.

Esta formação proporcionada pela PAR está a cargo da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, Universidade do Minho, Universidade de Coimbra, Fundação Islâmica de Palmela,

Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) e Instituto Politécnico de Leiria e é dirigida a técnicos e voluntários de todas as Instituições parceiras da PAR.

Os temas abordados nesta formação serão: Acolhimento, Ética e Hospitalidade, Diálogo Intercultural, Diálogo Inter-religioso, Trauma e Saúde Mental na População Refugiada, Direito Internacional - Proteção dos Refugiados, Rotas migratórias e situação atual dos territórios em conflito, a intervenção socioeducativa no âmbito dos direitos Humanos, o Islão, Questões de género, Racismo e Xenofobia.

A participação é gratuita mas sujeita a inscrição obrigatória, através do site www.refugiados.pt

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

O processo de acolhimento está a ser lento e confrangedor

O Conselho Português para os Refugiados lamentou "a lentidão com que está a ser conduzido o processo" de acolhimento de migrantes, considerando que mais importante do que enviar tropas para as fronteiras seria reforçar os instrumentos de proteção. "Estamos a acompanhar com preocupação, porque a lentidão com que está a ser conduzido o processo é confrangedora", disse a presidente daquele organismo, Teresa Tito de Moraes.

A responsável pelo Conselho reclamou "ações rápidas" dos líderes europeus, frisando que ainda não foi distribuído o primeiro grupo de refugiados: "Temo que não se concretize rapidamente esta necessidade urgente de as pessoas serem acolhidas".

Um total de 400 guardas fronteiriços vai ser enviado para a fronteira da Eslovénia com a Croácia para ajudar a gerir o afluxo

de refugiados na região dos Balcãs, anunciou o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker. "Em vez de serem reforçados os mecanismos de controlo das fronteiras externas, era preciso reforçar os instrumentos locais de acolhimento", defendeu. "Ainda mais preocupante, face à lentidão da tomada de medidas, é termos conhecimento do agravamento das condições climáticas e do que isso significa para a vida das pessoas", acrescentou Teresa Tito de Moraes.

Líderes da União Europeia e de países dos Balcãs Ocidentais comprometeram-se a reforçar a capacidade de acolhimento de refugiados, com a criação de mais 100 mil lugares, dos quais metade na Grécia. "Ainda não temos qualquer repercussão dessas decisões", afirmou a presidente do CPR, indicando que espera medidas mais concretas.

FUNDAÇÃO IRENE ROLO, TAVIRA

Queremos dar resposta à doença mental

A Fundação Irene Rolo nasceu em 1982, “num gesto de benemerência da dona Irene Rolo que já com uma idade avançada, e na ausência de herdeiros, sentiu a vontade de criar algo que perpetuasse o seu nome e a sua vontade”, começa por explicar José Macário Correia, presidente da instituição há cerca de ano e meio.

Senhora de um vasto património, em que se contavam terrenos urbanos e alguns prédios, a Fundação é criada em 1982, tendo iniciado atividade naquela que era a casa de campo da fundadora, na margem norte da ria Formosa, que atravessa o tecido urbano da cidade algarvia.

“Ela faleceu pouco tempo depois da criação e já não viu o desenvolvimento da instituição”, refere Macário Correia, recordando que inicialmente “havia uma polivalência de preocupações na área dos desfavorecidos”, sendo que a primeira intenção era a de criar um lar de idosos, “mas depois acabou por ser a área da deficiência mental que fez a afirmação principal da Fundação”.

“Foi a deficiência mental que acabou por ser a área de maior especialização da Fundação e, neste momento e neste território de metade do Algarve, é reconhecida como a instituição mais polivalente no domínio da deficiência mental, pois fazemos a Intervenção Precoce, a chamada atividade ocupacional, temos o lar residencial e fazemos ainda formação profissional. Neste capítulo, ainda fazemos algumas ações fora da instituição em articulação com o Centro de Saúde e outras instituições”, refere Macário Correia.

Tendo um âmbito marcadamente regional, a Fundação Irene Rolo acolhe, atualmente, 25 utentes no Lar Residencial, 50 em Centro de Atividades Ocupacionais e tem uma média de 30 crianças na Intervenção Precoce e cerca de 80 a 90 formandos no Centro de Formação Profissional.

Para além destas respostas na área da deficiência, a instituição tem a funcionar desde maio um Alojamento de Emergência Social, com capacidade para 30 pessoas, para o qual aproveitou um edifício construído de raiz pela Fundação da Juventude e que há vários anos estava devoluto e sem qualquer utilização.

“A Fundação acabou por abarcar preocupações noutra área que vai desenvolvendo, em concreto, uma resposta na área da Emergência Social no Algarve, algo que não existia, e na qual disponibilizamos um espaço com capacidade para 30 pessoas. Neste alojamento de emergência acolhemos pessoas vítimas de cataclismo, acidentes, derrocadas e problemas familiares diversos. A Segurança Social pelos serviços tradicionais ou pela Linha 144, a qualquer hora do dia ou da noite, vai-nos referenciando pessoas e encaminhando-as para cá”, explica, deixando num entanto um lamento: “Por norma devem ser estadias de curta duração, para se lhes criar um projeto de

vida e terem outra orientação, mas a realidade é bem diferente. Temos crianças que andam na escola, temos adultos em idade ativa e temos idosos, ou seja, temos um pouco de tudo... E temos que encaminhar os miúdos para a escola, os adultos para a procura de emprego e os idosos a ver se arranjam outra resposta, porque aquela resposta é de emergência e, digamos, passageira. O alojamento de emergência não pode ser uma resposta para muito tempo, mas tem sido”.

Para além destas respostas, é intenção da Direção da instituição alargar o leque de valências a disponibilizar, estando já a decorrer conversas oficiais com a Segurança Social “no sentido de a Fundação Irene Rolo vir a abarcar, nomeadamente, um Centro de Acolhimento Temporário e ainda um CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental)”.

Segundo Macário Correia, “este é o presente e o futuro próximo” da Fundação, mas a vontade é ir mais além.

“Temos um conjunto de outros projetos em mãos, como criar uma unidade de doentes mentais, não deficientes, mas doentes, com um projeto já em fase de aprovação para ser construído nos terrenos da Fundação, e ainda o de criar, numas instalações no centro da cidade, uma oficina ligada a trabalhos manuais em papel e alguns trabalhos gráficos, o que pode dar uma outra visibilidade a uma atividade que já é desenvolvida pelos nossos utentes aqui na instituição. No fundo, poderá ser uma loja/oficina de venda dos produtos feitos pelos utentes”, revela, explicando: “Aqui na instituição trabalhamos muito para o exterior na área dos sacos de papel, cartões-de-visita, embrulhos, etc. Alguns dos trabalhos aqui feitos são para o exterior e temos alguma clientela para os produtos nas áreas das artes gráficas e da pastelaria, uma vertente que nos apraz muito registar”.

Relativamente ao projeto no âmbito da doença mental, Macário Correia argumenta com a falta de respostas nesta área para a Fundação abraçar este projeto.

“O Algarve tem uma cobertura razoável na deficiência mental e muito insuficiente na doença mental. Os deficientes ainda têm uma variedade de respostas num conjunto de instituições. Em CAO a satisfação é muito razoável e em Lar Residencial há alguns problemas de listas de espera, mas na área da doença mental é que a situação é pior. Há uma manifesta carência de respostas neste domínio a nível da região”, sustenta, afirmando: “Percebendo essa dificuldade estamos a desenvolver um projeto para poder responder a esse desafio e conto que, apesar das dificuldades, dentro de dois, três anos tenhamos o edifício reconstruído para podermos dar uma resposta nessa área”.

E a intenção é criar um espaço para atividades sócio-ocupacionais, ainda sem internamento, embora esta questão não esteja



descartada para mais tarde.

“De imediato vamos tentar instalar uma unidade que responde a todos em ambulatório. O internamento é uma situação que terá que se

pôr um dia porque essa carência também existe”, afirma o presidente, que, desde a última eleição, integra também a Direção da CNIS.

Preocupação constante dos dirigentes da



instituição é a sustentabilidade financeira, sendo que, nos dias que correm, a situação é equilibrada e passível de permitir investimentos.

“Andamos sempre com a linha de água muito controlada. Nunca se pode deixar de ter atenção a todos os centimos diariamente, porque as verbas são sempre escassas e não podemos ter dívidas. A nossa situação financeira é equilibrada, mas é sempre tangencial”, refere Macário Correia, que identifica a dispersão física das respostas da Fundação como um obstáculo: “Temos uma dispersão de edifícios, porque em rigor temos uma série de instalações noutras sítios. Ou seja, temos aqui o edifício sede, vamos ter esse outro onde funcionará a oficina dedicada às artes gráficas e ao papel, temos ainda uma horta, a cerca de 10 quilómetros, onde cultivamos alimentos para a cozinha da Fundação e onde queremos fazer também uma quinta pedagógica, temos ainda o edifício onde funciona o Alojamento de Emergência e, porventura, vamos ter mais dois edifícios com as outras valências que queremos implementar. Esta variedade, sendo que nem todos os espaços são no casco urbano de Tavira, permite-nos ter esta polivalência e este desenvolvimento, mas, por outro lado, exige um staff técnico que tenha estas questões todas em atenção, inclusive na administração dos veículos, pelo que a dispersão exige uma gestão bastante delicada. Os orçamentos são feitos sempre com ambição, mas com uma

ambição controlada para não gerar dívida”.

Tendo o objetivo da sustentabilidade na mira, a Fundação procura diversificar as fontes de receita, mas é nos amigos da instituição que reside grande parte do êxito financeiro da mesma.

“A Fundação tem algumas receitas próprias, mas não muitas. Tem alguns apartamentos alugados, mas não dão grande receita. Depois, para além das participações do Estado, através da Segurança Social, do IEFP, do Instituto Nacional de Reabilitação e da Administração Regional de Saúde, temos ainda muitos donativos de carácter particular, de empresas e de cidadãos que nos ajudam com verbas expressivas. A Fundação tem muito boa aceitação junto da opinião pública e isso faz com que haja uma boa predisposição de muitas empresas, famílias e cidadãos que procuram ajudar-nos de uma forma regular. Até grupos desportivos fazem eventos e arranjam uma verba para ajudar as nossas atividades. E os municípios de todo o Algarve também nos ajudam bastante”, revela Macário Correia.

Das diversas valências que desenvolve, a Fundação Irene Rolo tem no Centro de Formação Profissional mais um motivo de orgulho, pois a colocação dos formandos no mercado de trabalho tem sido um êxito. Dando formação em áreas como as de cozinha, empregado de andares, jardinagem, armazenagem, pastelaria e padaria, mecânica de



automóveis ligeiros, assistente administrativo e artes gráficas, a Fundação tem conseguido uma taxa de colocação na ordem dos 80%.

“É um trabalho que tem corrido muito bem. Temos oito áreas de formação que geralmente são profissões que não requerem grande conceção intelectual e que são fáceis de abarcar pela nossa população de formandos. Temos profissionais que têm muito boa prestação lá fora e tem havido uma boa relação com as empresas, nos estágios e mesmo na absorção

para o mercado de trabalho, com um sucesso muito considerável. Não nos queixamos de fazer formação e depois ficar com as pessoas sem enquadramento”, sustenta Macário Correia, que revela: “Temos tido uma taxa de sucesso muito considerável, colocamos cerca de 70 a 80% dos nossos formandos no mercado de trabalho com alguma facilidade, os outros vamos tentando”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

MACÁRIO CORREIA

Há teses que me deixam preocupado

A deficiência ainda é o parente pobre da ação social em Portugal?

É uma área com alguma delicadeza, porque requer custos consideráveis, pois são pessoas com graus de dependência significativos, em alguns casos muito acentuada mesmo, em que nem sempre os próprios conseguem exprimir as suas carências e dificuldades. Os familiares fazem um bom esforço para que a esfera pública dê respostas às suas ansiedades, mas é uma área delicada. O País tem uma boa cobertura no que respeita a Apoio Domiciliário, Lares e Centros de Dia, ou seja, a terceira idade tem um conjunto de respostas relativamente ao alcance daquilo que se deseja, mas o que constatamos é que a deficiência não tem tantas respostas qualificadas como se desejaria. E na doença mental, aqui no Algarve e no

resto dos lados, há manifestamente carências consideráveis. Depois, nesse domínio há alguma discussão filosófica que tenho constatado e que me preocupa. Por vezes, os especialistas em doença mental e em psiquiatria têm posturas muito diferentes na forma de tratar o problema. Há quem defenda o internamento em lares e em unidades de tratamento especializado em acordos com a Saúde e a Segurança Social e há quem tenha a tese, que acho um bocado delicada, em que a comunidade é que deve tratar dos doentes mentais. Já passei por situações delicadas na instituição, em que me apercebi que há na esfera da Saúde conceções filosóficas muito controversas. Já vi alguns médicos terem atitudes que me deixam preocupado, mas eles é que são especialistas e eu não sou. Quase se chega a uma tese em que o doente mental deve

ser sempre tratado na comunidade e só em casos extremos é que deve ser institucionalizado. É uma tese que a minha experiência me deixa com preocupações pelo que constato a prática corrente e as carências que se sentem evidenciam que é preciso enquadrar e dar contexto a muita gente da doença mental nas instituições. Caso contrário, eles andam sozinho pela rua, muitas vezes com atitudes muito perversas e complicadas. Sou defensor da integração desejavelmente de todos, o que a realidade prova é que alguns não são fáceis de integrar. Portanto, tem que haver outras respostas, para que eles tenham um mínimo de qualidade de vida e os familiares também. O problema estende-se às famílias que não têm descanso e, por vezes, não têm condições sequer para deixar de trabalhar para cuidar de um doente mental”.

PRESIDENTE DOS BANCOS ALIMENTARES

Famílias portuguesas já estiveram pior

A presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, Isabel Jonet, disse ter a percepção de que a situação financeira das famílias melhorou, “no último ano”, embora haja “um aumento dos pedidos” de ajuda alimentar. “Na minha percepção, e daquilo que nos chega todos os dias no terreno, já houve tempos em que as famílias estiveram pior. No último ano, a situação de muitas famílias registou, de alguma forma, uma melhoria”, afirmou.

Em declarações aos jornalistas, após a inauguração da nova sede do Banco Alimentar Contra a Fome em Évora, Isabel Jonet atribuiu esta melhoria da situação das famílias ao “acréscimo de emprego” e ao facto de “muitas terem renegociado os seus créditos”. “Em Portugal, temos muitas famílias sobre endividadas, cujo orçamento era, em parte, comido pela prestação do crédito à habitação ou do crédito ao consumo. Nos

últimos dois anos, essa situação alterou-se, o que fez com que as famílias pudessem respirar um pouco melhor”, argumentou.

Apesar disso, a responsável alertou que Portugal é “um país onde a pobreza existe” e que essa realidade e essa pobreza têm “rostos”, ou seja, os “das pessoas que têm baixos rendimentos”. No país, precisou, “há um milhão de idosos que vive com menos de 250 euros por mês e há dois milhões de pessoas que vivem com menos de 420 euros por mês”.

Por isso, nos 21 Bancos Alimentares Contra a Fome existentes em Portugal, que contribuem “para a alimentação de 420 mil pessoas”, através de 2.600 instituições de apoio social, a procura não diminuiu. “Aquilo que podemos dizer é que, de facto, há um aumento das carências e dos pedidos”, nomeadamente “por parte das instituições, porque elas próprias se veem a braços com mais pedidos de mais famílias carenciadas”,

afirmou. E os pedidos, acrescentou, aumentaram também por parte das próprias famílias carenciadas, “que têm os seus utentes no lar e as crianças na creche” mas não têm “capacidade para pagar as mensalidades”. “Portanto, pedem mais apoio aos Bancos Alimentares”, referiu, sublinhando que os pedidos chegam igualmente “das próprias pessoas que não têm emprego e das que estão numa situação desesperada”.

Questionada sobre o tema dos refugiados, Isabel Jonet explicou que os Bancos Alimentares e a federação que os representa “vão colaborar com as instituições de solidariedade social que vão acolher” os que estão previstos chegar a Portugal. “Os Bancos Alimentares nunca entregam alimentação diretamente a pessoas. Vão colaborar com as instituições que os acolhem, tal como colaboram hoje na assistência que é dada a todas as pessoas carenciadas que existem em Portugal”, disse.





SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

ECONOMIA SOCIAL E SETOR DA SAÚDE

FORMAÇÃO . 2015

- **FORMAÇÃO EM SALA**
Contabilidade
Fiscalidade
Legislação Laboral
Gestão Recursos Humanos
Informática
- **FORMAÇÃO À MEDIDA**
Gestão de IPSS
Informática
Gestão Recursos Humanos
- **FORMAÇÃO À DISTÂNCIA [Live Meeting]**
Novidades legislativas
- **CONGRESSOS E SEMINÁRIOS**
- **FORMAÇÃO FINANCIADA**



ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

ENTIDADES EMPRESARIAIS
- Constituídas e inscritas
- com sede e administração
- em território nacional
- inscritas no Registo do Comércio

+INFO. em www.f3m.pt

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

SOLUÇÕES WEB
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014)

- CESTA DE PRODUTOS
- SERVIÇOS DE APOIO (SIMULADOR) (POM)
- PROCESSO ESTERILIZAÇÃO (EUTENT)
- PROCESSO CMBR
- CANTINAS SOCIAIS
- REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

IMOBILIZADO

UTENTES

SÓCIOS

RECURSOS HUMANOS

CONTABILIDADE

STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS

ESCALAS DE SERVIÇOS

TESOURARIA

SALÁRIOS

APOIO DOMICILIÁRIO

VIATURAS

MAILING

ÁREA SAÚDE

- UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
- CLÍNICA INTERNAMENTO
- PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

PORTAL SOCIAL

- DIREÇÃO
- FUNCIONÁRIOS
- RESPONSÁVEIS DOS UTENTES
- LIVRO DIGITAL "MEMO"

F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt | Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.ª C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

UDIPSS VIANA DO CASTELO

Querem abrir uma caixa de Pandora

Filomena Araújo é presidente interina da UDIPSS Viana do Castelo desde março do corrente ano, por ser vice-presidente na altura do pedido de demissão do presidente Manuel Domingos.

Atualmente, das cerca de 130 IPSS existentes no distrito 53 estão filiadas na União Distrital, que, segundo a presidente, “tem andado a fazer um trabalho de sensibilização junto das IPSS, especialmente das IPSS que já foram associadas e que por motivos diversos deixaram de o ser, e a fazer um trabalho de proximidade e de aproximação a essas IPSS”. Com o objetivo de chegar às 70 associadas até ao final do ano, Filomena Araújo mostra-se confiante na sua concretização, ao mesmo tempo que deixa fortes críticas ao Centro Distrital da Segurança Social (CDSS).

SOLIDARIEDADE - Como caracteriza o tecido das instituições que formam o distrito de Viana do Castelo?

FILOMENA ARAÚJO - O nosso distrito tem características muito específicas, pois é um dos distritos mais pobres do País, apesar de as pessoas não terem essa noção, que sendo um distrito do Litoral tem características de Interior, semelhantes a Bragança ou a Castelo Branco, tem uma taxa de envelhecimento de quase 21%, característica dos distritos do Interior e não do Litoral, um fraco tecido empresarial e industrial. Depois temos alguns problemas associados como alta taxa de alcoolismo, das maiores taxas de ingestão de álcool per capita do País e tudo o que traz por arrastado, tem o dobro da taxa nacional de deficiência. Temos aqui um caldeirão de coisas negativas o que faz deste um distrito muito complexo e que as IPSS tenham muito trabalho e muito que fazer.

E como tem sido essa resposta?

Trabalho nesta área há 25 anos e vê-se que a resposta tem vindo a crescer em várias áreas. Há 15 anos havia apenas um único centro de apoio a crianças e hoje há vários, neste momento temos quatro LIJ a funcionar no distrito, mas há áreas que ainda estão deficitárias. A terceira idade tem uma boa cobertura em todos os concelhos, e é uma resposta que tem vindo a aumentar. A rede do apoio aos idosos está razoável, mas a área da deficiência ainda há muita coisa para fazer. Sendo um distrito com o dobro dos casos a nível nacional, ainda se encontram muitas lacunas para colmatar. Há áreas mais sensíveis como, por exemplo, a das casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em que o distrito foi pioneiro, mas há falhas graves em outras áreas. Este é um trabalho que tem que ser feito em articulação com todos os parceiros no terreno, as autarquias, redes sociais e outras entidades, o que não é fácil tendo em conta a conjuntura do País

E como é a relação com essas entidades, Câmaras Municipais e Centro Distrital da Segurança Social (CDSS)?

A União tem uma excelente relação com as autarquias, com as quais tenta resolver os problemas e não tem nenhuma problemática. Este é um distrito com 150 mil habitantes em que quase toda a gente se conhece... Há uma grande proximidade. Já com o CDSS temos tido um problema nos últimos anos e que tem que ver com a grande rotatividade dos diretores. As pessoas não chegam a dominar a área e não tem sido fácil. A prova disso é a falta de reuniões da Comissão Distrital de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação (CDAAPAC), nesse campo Viana é um quadro negro. Houve uma reunião em maio deste ano e a última tinha sido em fevereiro de 2013. Desde esse ano já vamos no terceiro diretor do CDSS. Já solicitámos o agendamento de uma nova reunião, para que se cumpra o que se faz a nível nacional que é haver reuniões da CDAAPAC de três em três meses. O CDSS de Viana do Castelo não tem esta boa prática e isto leva a que cheguem coisas à União fora de prazo, o que implica muito mais trabalho, quando podiam ser tratadas antecipadamente.

E qual são as principais solicitações das IPSS à União Distrital?

Tem que ver muitas vezes com os esclarecimento de questões jurídicas e laborais e que rapidamente muitas vezes resolvemos no dia a dia. Porém, há situações mais complexas que temos que enviar à CNIS, uma vez que a nossa UDIPSS, por ser pequena, não tem capacidade financeira para ter um jurista. Esta ambição de angariar mais associados também nos faz acreditar que poderemos resolver essa questão, pois teremos outra capacidade, mas neste momento contamos com a boa vontade do departamento jurídico da CNIS para nos apoiar nos casos mais complexos. Normalmente são questões ligadas à execução dos protocolos, precisamente, porque não há um trabalho no terreno com o Centro Distrital antecipadamente, vindo-nos, muitas vezes, parar às mãos problemas que nem sequer deviam ter acontecido.

O principal problema passa pelo Centro Distrital da Segurança Social?

Não queria dizer tanto, porque temos bons técnicos, que se articulam bem com as instituições, mas diria que, neste momento -

mento, é preciso mudar a forma como o CDSS interage com a UDIPSS. O Centro Distrital tem que perceber que a União Distrital é um parceiro ativo, que tem que ser chamada e ouvida quando há a possibilidade de estabelecer novos protocolos ou quando têm que ser alterados e isto não é rotina neste Centro Distrital.

Em que ponto está o problema da APPACDM de Viana do Castelo?

Este é um problema que a União tem acompanhado desde o primeiro momento, é um problema muito grave pela forma como está a ser gerido o processo. Há aqui muitas situações em mistura, algumas que estão em tribunal e teremos que aguardar calmamente que se resolvam, mas há outras questões, por exemplo, que se prendem com protocolos, que a União Distrital e a própria CNIS têm uma palavra a dizer. A questão dos protocolos tem que ser falada, porque estão a tentar abrir um precedente muito grave no Centro Distrital ao tentar alterar acordos de cooperação de forma unilateral, algo que nunca aconteceu a nível nacional. Acho que estamos a abrir uma caixa de Pandora. No nosso CDSS tem falhas graves, principalmente devido à grande rotatividade dos diretores, o que se reflete na forma como está a ser gerida esta situação e que esperamos, sobretudo,

que haja bom senso de ambas as partes.

Sente que há solidariedade entre as instituições do distrito?

Essa é uma pergunta difícil, porque, sempre pensei que houvesse solidariedade entre todos, mas o que me apercebo é que há alguns setores que não são tão solidários com os colegas como deviam e podiam e isso entristece-me. As IPSS têm que estar fortes, unidas e trabalhar em conjunto. Não beneficia ninguém que haja instituições a tentar utilizar forças e poderes, muitas vezes misturando áreas que não são as das IPSS ou do associativismo, e que só empobrece a riqueza que é o associativismo dentro das IPSS. Infelizmente, nota-se isso aqui no nosso distrito, em setores muito específicos, mas também já ouvi relatos de que o mesmo acontece a nível nacional. Espero que a CNIS, sendo representativa da maior parte das IPSS deste País, faça sentir a sua voz e faça sentir que as IPSS têm, cada vez mais, que estar unidas.

Como vê a descentralização das reuniões do Conselho Geral que agora chegaram a Viana do Castelo?

Acho que é uma medida interessante, porque vamos ao contexto. Fazendo uma ronda pelo País todo, provavelmente não se conseguirá manter este figurino, porque é complexo. É mais simples centrarmos-nos na zona Centro do País e juntar as pessoas. Percebo o esforço dos colegas do Algarve em vir a Viana do Castelo, mas é importante as pessoas verem as outras realidades e sentirem in loco o que se passa. Acho que esta troca de lugares e de vivência é muito importante. É preciso conhecer os outros nos seus territórios.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)



AVÓ E NETO PARTILHAM GOSTO E EMPENHO NA CAUSA SOCIAL

O toque de Mida(s)

“Mida, quando tu morreres eu é que gostava de seguir com a Cáritas”. É uma avó orgulhosa a que recorda ao SOLIDARIEDADE a frase do seu neto, quando este tinha “uns quatro anitos”, explicando que ele a “acompanhou desde pequenino” e que “com dois, três aninhos já era o meu guarda-costas”.

Bem, mas apresentemos as pessoas de quem falamos. «Mida», a avó, é o diminutivo de Cremilde Vermelho, de 75 anos, 30 dedicados à solidariedade social, nos mais variados papéis e funções; o neto é Tiago Abalroado, hoje com 25 anos, e, entre outros cargos e funções, presidente da União Distrital das IPSS de Évora. Aliás, é de longe o elemento mais novo do Conselho Geral da CNIS, órgão consultivo da Direção que reúne os presidentes das UDIPSS e Federações da CNIS, onde todos os membros têm idade para ser seus pais e até mesmo avós.

Mida, como Cremilde Vermelho é chamada em família e no círculo de amigos e conhecida na sua terra natal, Vila Viçosa, e Tiago, ou seja, avó e neto têm, para além do sangue, um longo historial na solidariedade social a uni-los.

Acompanhando a avó nos seus périplos de ação social, dos mais institucionais aos mais informais, desde muito pequeno, Tiago Abalroado desenvolveu uma especial aptidão por esta área e os resultados estão à vista. Entretanto, fundou e dirige a UNITATE, uma IPSS dos tempos modernos, presidente à UDIPSS Évora e é secretário-geral da Cáritas Paroquial de Vila Viçosa, instituição fundada pela avó Mida no ido ano de 1989, um ano antes do seu nascimento.

Desses tempos, Cremilde Vermelho recorda o impulso que sentiu em ajudar os que mais precisavam, depois de uma experiência que a deixou algo insatisfeita na Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, onde se iniciou no mundo da solidariedade social.

“Achei interessante o convite que me fizeram para ir para a Misericórdia, uma coisa totalmente diferente da vida a que estava habituada, que era o mundo empresarial dos mármoreiros. Achei que aquilo era pouco. Pensava que a Misericórdia fazia bem a toda a gente, mas não, a Misericórdia é uma empresa que vende serviços. Desiludiu-me um bocado e por isso decidi criar a Cáritas”, recorda, lembrando como importante foi o apoio da Cáritas de Évora para a formalização da instituição em Vila Viçosa.

“O principal problema foi as pessoas acreditarem. Na altura, a nível estatal não havia nada, era eu que me dirigia às pessoas. Passaram por me bater à porta a pedirem-me socorro! A partir daí, comecei a contactar outras pessoas, porque para ajudar precisava de ajuda, porque era já a parte económica

a avançar. Trabalhava com os meus conhecimentos, convidava pessoas ligadas aos mármoreiros para tomar um café e, para além de lhes contar as situações, levava-os aos locais. As pessoas ficavam apavoradas ao ver as situações, porque se desconheciam muito na altura... Esta foi uma das minhas táticas, convidar industriais do mármore, que também eram crentes, para verem a realidade do que se passava”, lembra Cremilde Vermelho, que sentiu logo aí que jamais conseguiria deixar este universo: “Fiquei presa a este trabalho, é daquelas coisas em que o nosso coração fica agarrado e eu não conseguia viver outra coisa, porque havia sempre um novo problema para resolver”.

Foram muitas as IPSS que nasceram nos finais dos anos 80 início dos anos 90 do século passado, à semelhança da Cáritas Paroquial de Vila Viçosa. As necessidades eram muitas, a conjuntura permitia-o e a boa vontade da sociedade civil era crescente.

Hoje, este boom talvez fosse impossível de acontecer, mas foi o voluntarismo de muitas pessoas como Cremilde Vermelho que construíram a rede de IPSS que hoje existe e que atenua bastante as dificuldades das pessoas.

Hoje, perante as dificuldades que se vivem é voz corrente que o simples voluntarismo não chega para manter vivo este espírito solidário e esta rede de solidariedade, o olhar renovado do licenciado em Gestão, pela Universidade Católica de Lisboa, permite-lhe constatar isso mesmo, sem deixar, porém, de reconhecer e elogiar o que foi feito.

“Olho para as obras, para a Cáritas de Vila Viçosa e suas congéneres, e valorizo muito o que foi feito, quer pela Igreja quer pelas outras estruturas que se formaram e que deram resposta a necessidades que existiam. Como do nada se fez muita coisa. E parece-me que nesse aspeto todas as instituições são uma referência. Isto hoje seria possível? Se calhar, não seria. E valorizo as instituições e as pessoas, as Midas deste País, que estiveram nas diferentes instituições do País. Agora, chegou-se a um ponto em que se vê que se construíram casas com tijolos e pouco cimento e foram-se criando estruturas que na base deixaram algumas falhas, que identifico como falhas de gestão e a todos os níveis. As instituições foram construídas na base da boa vontade, mas quando já temos um conjunto de pessoas a trabalhar temos uma organização, uma empresa. Temos organizações para servir pessoas, mas que para funcionarem têm que se estruturar. Se a estrutura não está devidamente cimentada, corremos o risco de a estrutura ruir ou de não prestar um serviço efetivo à satisfação das necessidades das pessoas”, defende Tiago

Abalroado, concretizando: “Parece-me que é o acontece na generalidade dos casos, pois não temos gestores, nem era suposto termos naquela fase das instituições, mas agora, face à dimensão, ao volume financeiro e à quantidade de respostas, chegámos ao ponto em que é necessário encher as paredes com o cimento que ainda falta para se poder crescer ainda mais”.

Sendo durante muitos anos presença assídua e diária na Cáritas de Vila Viçosa, Tiago Abalroado, no final da licenciatura, realizou um estágio, entre fevereiro e dezembro de 2012, com a incumbência de sanear financeiramente a instituição. Conseguiu-o e, findo o estágio, a dívida de 55 mil euros estava solucionada e a instituição respirava livremente.

“Isto passa pela gestão, pela tomada de consciência generalizada de que temos que gerir as instituições como empresas para podermos dar prossecução à nossa missão que é social. Mas somos organizações sociais e, nesse sentido, temos recursos escassos para gerir e temos que nas práticas e nos processos ter tudo perfeitamente definido, senão perdemos qualidade e geram-se situações de más práticas. A este nível, acho que todas as instituições têm que dar passos largos para cimentar as suas casas e avançar para outros patamares e cimentar é a sustentabilidade”.

Em sentido contrário, Cremilde Vermelho recorda como eram as coisas quando criou a instituição em Vila Viçosa: “Durante anos a Cáritas esteve a funcionar sem qualquer apoio estatal e fruto de muita boa vontade. A renda da primeira casa que alugámos para a Cáritas era paga por mim e mais três pessoas que me acompanhavam. As coisas foram caminhando com muita boa vontade”.

Olhando a este contexto percebe-se por que é que Tiago, o neto, afirma que foi a “coragem” aquilo que herdou de Cremilde Vermelho, a avó, nesta coisa da causa social.

“A minha avó é uma inspiração do ponto de vista da coragem, porque ela do nada fez aquilo que hoje existe e que é a Cáritas de Vila Viçosa. Só com muita coragem e muita falta de vergonha, para chegar aos gabinetes dos ministros e dos diretoras da Luta Contra a Pobreza e todos os corredores que percorreu para conseguir o que conseguiu. O que mais herdei da minha avó foi este querer fazer e, obviamente dentro dos limites, nada se põe à frente. Todas estas resistências que acontecem, e que eu já experimentei também neste curto período de tempo, aparecem de todo o lado e temos que saber, também com alguma diplomacia, contornar as questões. E como o objetivo é pelo bem das pessoas, é isso que não podemos perder de vista. Quem vai pela

verdade, com coragem e determinação daquilo que pretende, que é ajudar as pessoas, pode seguir o seu caminho e superar todos os obstáculos”, sustenta o neto Tiago.

Já o orgulho que a avó Mida tem no neto é incomensurável e visível em cada palavra que lhe dirige.

“Ele conseguiu demonstrar toda a sua capacidade e competência, ganhando o respeito como profissional e não como neto da presidente. E foram os outros elementos da Direção que o convidaram a continuar na Cáritas findo o estágio, porque eu disse logo que não o fazia”, sublinha Cremilde Vermelho, que reforça nunca ter querido impor o neto à instituição.

“Entrei para a Cáritas em Fevereiro 2012, no pico da crise, em que tínhamos uma instituição com dificuldades financeiras enormes e com uma dívida que rondava os 55 mil euros. Um cenário muito complicado em consequência da crise. E tomei a liberdade de, com o pouco que sabia e muita boa vontade, tentar resolver a situação. Iniciei desde logo, em conjunto com a Direção, uma negociação geral com todos os fornecedores para baixar preços. Negociámos os contratos de todas as áreas, desde a alimentação às telecomunicações, e ao mesmo tempo a prioridade era parar a dívida. Não podia haver mais dívida! Tive a felicidade de todos os elementos da Direção confiarem em mim, um rapaz com 21 anos acabado de se licenciar, mas o certo é que confiaram e em maio tínhamos já uma dívida muito residual e em agosto estava tudo pago e já dava lucro. Terminámos o ano de 2012 com cerca de 30 mil euros de lucro. Entre fevereiro e dezembro de 2012 conseguimos dar a volta e recuperar a instituição para uma situação muito boa. E isso só foi possível graças ao empenho de todos, de todas as funcionárias que acreditaram, porque era um gaiato que ali estava a entrar na instituição”, conta Tiago.

A verdade é que, depois do bom trabalho realizado durante o estágio em 2012, ficou como secretário-geral da instituição, responsável pela gestão da mesma. “No final do estágio, disseram-me que a Cáritas já não passava sem mim”, recorda.

Sobre tudo isto, a avó Mida diz-se “muito orgulhosa”, mas também “com muito medo, porque ele está no início de vida e ele pode vir a ter uma desilusão, não pelo trabalho dele, porque ele dá-se todo e foi assim desde pequenino”, refere, recordando, uma vez mais, a frase dita aos quatro anos: “Quando tu morreres eu gostava de seguir com a Cáritas”.

Este acompanhamento das ações sociais da avó desde muito tenra idade não são alheios a esta ligação de Tiago Abalroado ao

Setor Social Solidário.

“A Cáritas é como se fosse a segunda casa. Lembro-me de, pequenino, os meus pais se zangarem comigo por eu sair da escola diretamente para a Cáritas e nem sequer os avisar”, conta, ao que a avó acrescenta: “Ele acompanhava-me, percebia, sabia do meu sofrimento, porque, muitas vezes, abandonei o meu compromisso de esposa e de mãe, pois pensava que eles estavam todos bem, tinham casa e não lhes faltava nada e eu tinha que me virar para os outros que tinham problemas muitos graves”.

Apesar dos 50 anos de diferença, são já muitas as pegadas da avó que Tiago segue, sendo talvez a mais visível a da liderança da UDIPSS Évora.

Aliás, a este propósito, Tiago Abalroado recorda o seu primeiro contacto com a CNIS, por volta dos 16 anos.

“A minha avó fez parte do Conselho Fiscal da CNIS e eu fui com ela e com o meu avô a Fátima a umas reuniões. Lá chegados, ela disse-me que eu não podia entrar e, então, fui com o meu avô ao Santuário e passear e o tempo passou. No dia seguinte houve uma reunião do Conselho Geral e eu estava com o meu avô no átrio do Hotel Cinquentenário, quando aparece o professor Eugénio Fonseca, na altura presidente-adjunto da CNIS e que me conhece desde pequenino, e me chama para o interior da sala onde estava a decorrer a reunião. Resumindo, com 16 anos assisti a meu primeiro Conselho Geral da CNIS e achei tudo aquilo muito interessante”.

Bem se pode dizer que foi uma espécie de estágio para os dias de hoje em que é membro de pleno direito desse mesmo Conselho Geral.

No seu vasto currículo no âmbito social, Cremilde Vermelho, para além de fundadora e presidente, durante mais de duas décadas, da Cáritas Paroquial de Vila Viçosa, integrou ainda os órgãos sociais da CNIS em três mandatos, e presidiu à UDIPSS Évora. Depois de deixar a presidência da instituição que fundou em maio de 2013, manteve-se ligada à Cáritas, através do projeto da

Universidade Sénior, que criou com o marido, tendo deixado, em definitivo, a instituição no final de outubro do corrente ano.

“Tenho muito orgulho no que a Cáritas é hoje”, afirma, recordando que foi a partir do Projeto d e Luta

Contra a Pobreza, em 1995, que a instituição “cres-

ceu à dimensão que tem hoje”. Outra nota de destaque no seu currículo é a criação do primeiro Centro de Noite do País: “Uma das coisas que me preocupava muito eram os idosos e S. Romão era uma aldeia de idosos, com imensos problemas de solidão e de pessoas que viviam só, cheias de sofrimento, e veio-me à ideia criar um Centro de Noite. Ainda não havia nenhum e nem a Segurança Social sabia como participar”.

Paralelamente ao caminho que prossegue na solidariedade social, Tiago Abalroado encontra-se, de momento, a fazer um doutoramento em Gestão Estratégica, cujo tema é Gestão Estratégica nas Instituições Sociais da Igreja em Portugal. O jovem demonstra, assim, também na questão académica o empenho na causa social, que conhece e pratica desde tenra idade, levado pela mão de uma avó que, como reconheceu, chegou a privar a família da sua presença para poder ajudar quem mais precisava. No fundo, a vida de tantos voluntários e pessoas de boa vontade que por todo o País se dedicam de corpo e alma à causa dos mais desfavorecidos.

É o chamado toque de Mida(s)!

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)



De novo o conflito israelo-palestiniano

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA ajsilva@sapo.pt

No começo do mês de Outubro, um dos grandes temas dos noticiários internacionais voltou a ser o conflito israelo-palestiniano que, pelo menos aparentemente, se arrisca a superar, nos próximos tempos, o interesse mediático provocado pela tragédia dos refugiados. Antes de mais, porque a opinião pública não tomou conhecimento de novidades significativas no desenvolvimento deste processo e, depois, porque ninguém sabe até onde pode ir o agravamento das tensões entre judeus e palestinianos. De momento, todos parecem temer que estejamos a assistir ao início de uma nova “intifada” a terceira na história recente das relações entre israelitas e palestinianos.



O primeiro levantamento popular contra a ocupação israelita ocorreu em Dezembro de 1982 e, entre outros motivos, passou à História por causa das armas mais utilizada pelos manifestantes palestinianos. Na memória de muita gente estão ainda as imagens de jovens atacar à pedrada os soldados judeus, cujo armamento de pouco servia numa guerra bem diferente daquela para que se tinham preparado. Por isso, ficou conhecida como a guerra das pedras. Foi uma guerra que não fez muitas vítimas nem grandes estragos materiais, mas que teve efeitos psicológicos e políticos consideráveis. A imagem e o prestígio de Israel começaram a ser questionados, mesmo entre países tradicionalmente amigos. Um efeito da conhecida imagem bíblica de David e Golias, mas ao contrário.

No mês de Setembro do ano 2000, Ariel Sharon forneceu aos palestinianos o pretexto para um novo levantamento popular. O famoso general e político decidiu deslocar-se ao Monte do Templo, lugar que é sagrado para os judeus, mas que hoje é mais conhecido como a esplanada das mesquitas, com particular destaque para a mesquita de Al Aqsa, o terceiro lugar sagrado dos muçulmanos. Sharon fez essa visita num estilo que estes consideraram provocatório, o que incendiou os seus ânimos em Israel e em todo o mundo. Foi o começo da segunda Intifada.

Esta assumiu contornos mais graves, porque acabou por degenerar num



conflito militar que terminou, mais uma vez, sem vencedores ou vencidos declarados. A partir daí, a situação no terreno acalmou, mas os palestinianos foram alcançando êxitos políticos significativos, sobretudo a nível internacional, com especial incidência na ONU, onde a Palestina acabou por conseguir um estatuto muito próximo daquele que se atribui a um estado.

Ora, este cenário de paz pode acabar por ser posto em causa por notícias que apontam para o início de um novo levantamento popular, em que os palestinianos, embora utilizando ainda como arma o lançamento de pedras, recorrem agora a outros meios, como facas, punhais e...carros. De momento, ninguém pode imaginar ainda como poderá terminar esta terceira “intifada”.

Centralidade das políticas sociais

PADRE JOSÉ MAIA jose.maia@cic.pt

Os tempos que vivemos reclamam de todos uma extrema atenção a cada passo que damos, a cada decisão que é necessário tomar, tendo em conta a situação de um conjunto de crises que urge enfrentar com inteligência e nervos de aço!

Não temos grandes razões para viver sossegados, tantos são os desafios que, a cada momento, nos são colocados aos mais variados níveis. Quem tem uma família para sustentar, quem tem uma empresa para dirigir, um empréstimo para pagar, um desemprego para resolver...vive um dilema permanente que pode desembocar numa situação de pânico ou desânimo! Apesar de tudo, e contra tudo, lá vamos encontrando resiliência para ir sobrevivendo a todas as adversidades.

Porém, como diz o bom povo: “uma pessoa não é de ferro”! Após tantos anos a trabalhar para manter o famigerado “monstro” de milhões e milhões de dívidas acumuladas, da subjugação a uma troika que legitimou pesadas políticas de austeridade que nos levaram a um empobrecimento coletivo... eis que nos confrontaram com uma “crise política” de contornos muito nublados! Não dá para entender!

Quem vive, trabalha e se preocupa com as vítimas de tantas crises, como é o caso de milhares e milhares de voluntários, mormente os que asseguram o dia-a-dia de milhares de Instituições Particulares de Solidariedade Social, de empresas que fazem das



tripas coração para manter postos de trabalho com direitos, não compreenderá que se transforme o Parlamento num palco onde os diversos atores políticos passem o tempo a esgrimir argumentos para provar quem manda mais! Poupe-nos a este espetáculo! Afinal, eleitores e eleitos, não somos todos concidadãos da mesma Pátria?!

Sendo verdade que **“tudo é política”**, convém também recordar que a **“política não é tudo”** e, mais ainda, que **“na política não vale tudo”!**

O Parlamento, como CASA DA DEMOCRACIA, tem de ser, antes de mais, uma garantia do acesso de TODOS aos seus direitos de CIDADANIA consignados na Constituição da República.

Sobre quem é eleito/a para deputado/a da Nação, independentemente do partido em que milita, cai a responsabilidade da “representação política” (e só esta) de todos os cidadãos.

Uma vez eleitos, e à semelhança do que acontece com o Presidente da República, passam a representar na Assembleia da República TODOS os portugueses, “privilegiando os interesses coletivos” e relegando para segundo plano as suas “cartilhas partidárias” (sejam elas de esquerda ou de direita)!

Trabalhinho não lhes vai faltar!

Seja qual for o governo que vier a ser formado e apoiado por uma maioria parlamentar, que lhe confira previsibilidade e consistência, terá de começar por enfrentar, através de políticas corajosas e criativas, o **desemprego, a pobreza de milhões de portugueses, com especial prioridade para as crianças e idosos**. Deverá merecer-lhe igual prioridade o problema da falta de condições que facilitem a **conciliação entre a vida profissional e familiar, um maior crescimento económico e desenvolvimento social** que permita **criar mais riqueza para a poder repartir com mais justiça social!**

Se há “marca” que todos os portugueses valorizam em qualquer Governo e em qualquer Parlamento (sejam eles de esquerda ou direita), essa marca chama-se: SOCIAL!

Que todos os santos nos ajudem!...

HENRIQUE RODRIGUES/Presidente do Centro Social de Ermesinde

1 - Escrevo esta crónica no Dia de Todos os Santos, que calhou, este ano, ser Domingo.

Este Dia, em que mais comovidamente recordamos a memória dos nossos mortos, vai voltar a ser feriado nacional, a partir do próximo ano, seja qual for a solução de Governo que nos aguarda.

Da coligação, própria ou imprópria, entre o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP, já veio a mensagem da próxima restauração dos feriados civis eliminados há dois anos pelo anterior Governo – o 5 de Outubro e o 1º de Dezembro -, bem como o anúncio da negociação com a Santa Sé, nos termos da Concordata, do regresso do Dia de Todos os Santos e do Dia do Corpo de Deus ao elenco dos dias festivos comemorados pela comunidade nacional.

Mas também da coligação que hoje nos governa – PSD/CDS -, sabemos, pela voz de Paulo Portas, que tenciona antecipar para 2016 a restituição desses feriados eliminados durante o período de “ajustamento”, por imposição da “troika” internacional dos credores, que nos tutelou durante a última legislatura.

Quer desta vez, quer no ano passado, que coincidiu com o sábado, ninguém praticamente se deu conta de que o feriado deixara de o ser: o ser dia de fim-de-semana permitiu que todos rumássemos às nossas terras de origem, regressando aos manes, em romagem de saudade aos cemitérios e em peregrinação silenciosa para dentro de nós próprios.

Como sucedera sempre, dos tempos de que guardo memória.

Não quero crer que o anterior Governo ignorasse que a eliminação dos feriados, que promoveu em 2012, viesse a redundar nesta inutilidade e irrelevância prática, em termos de equilíbrio das contas públicas.

Foi, aliás, na ocasião, advertido por muitos, dentro da própria área política do Governo – salientando-se nesse aspecto o Dr. Ribeiro e Castro, então deputado da maioria – que os danos simbólicos provocados na coesão nacional pela eliminação dos feriados não teriam qualquer contrapartida do ponto de vista da eficácia da máquina produtiva.

Deve concluir-se, portanto, que essa medida de diminuição do número de feriados se deveu mais a uma intenção de punir quem vivera acima das suas possibilidades, do que propriamente ao objectivo de um módico de aumento de produtividade.

Tratou-se apenas de um símbolo: a marca do castigo.

Essa medida não veio sozinha; fez parte de um pacote visando a desqualificação do factor do trabalho, onde também estavam a desvalorização da contratação colectiva, o corte de salários e a precarização das relações laborais.

2 – O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, durante a campanha eleitoral, ao justificar as medidas mais lesivas que tomou durante o período de vigência do Memorando com a troika, referiu por várias vezes que nenhum Governo, quando toma medidas restritivas dos direitos dos cidadãos, o faz por gosto – mas sim por a tanto ser obrigado: pelas circunstâncias, pelos credores, pelo que for ...

Passado o período crítico, e tendo as medidas restritivas logrado sucesso, segundo essa narrativa, seria altura de distender a pressão sobre os portugueses, aliviando a carga fiscal, diminuindo os cortes em salários e pensões, fazendo regressar ao tempo pretérito as regras da contratação colectiva, aumentando o salário mínimo, estimulando o consumo...

Tal seria possível por as medidas difíceis, tendo no entanto sido necessárias, terem produzido os seus efeitos benéficos na economia – e, portanto, na vida das pessoas.

A restauração dos feriados eliminados em 2012 faria parte desse regresso ao passado, apenas tornado possível pelos sacrifícios do presente.

Não é esse o discurso das Oposições, em aparente trânsito para um próximo Governo.

Com efeito, o que a nova coligação PS/BE/PCP apresenta como programa comum – ao que é lícito concluir de algumas declarações avulsas de vários dirigentes – gira à volta das mesmas medidas que o Governo se propõe aliviar:

A nova coligação pretende aumentar o salário mínimo, em negociações na Concertação Social; o Governo não pretende outra coisa, e na mesma instância.

O PS, o BE e o PCP prometem descongelar as pensões, acabar com os cortes delas e aumentar as pensões mínimas.

O Governo não assegura coisa diversa, embora a ritmo porventura mais lento – sendo certo que as pensões mínimas não estiveram congeladas durante o “ajustamento”.

Quanto à eliminação da sobretaxa do IRS, também a diferença está no ritmo: as Oposições garantem fazê-lo em dois anos, o Governo mais devagar (muito mais devagar, dadas as recentes “surpresas” na cobrança fiscal).



O mesmo se diga quanto ao fim dos cortes salariais na função pública – que as Oposições, em sendo Governo, concretizarão de seguida, ao passo que o Governo o fará mais compassado.

3 – Em suma, ninguém diz concordar com as medidas restritivas levadas a cabo durante o período do “ajustamento”: nem quem as tomou; nem quem então as contestou.

E todos prometem voltar, mais depressa ou mais devagar, a esse tempo primordial, em que vivíamos sem tutela externa.

A principal diferença está na perspectiva: para o Governo – de então e de hoje – o período de “ajustamento” seria uma espécie de purgatório, um viático por onde teríamos de passar a fim de remir os pecados do passado, em que vivíamos acima das nossas



possibilidades, a fim de aceder a um outro mundo, bem diferente do anterior, onde joram o leite e o mel ... - embora certamente que muito mais para uns poucos do que para quase todos; para as Oposições, esse tempo foi de inferno, um caminho de pobreza e sem regresso, de onde só se sai mudando de fé.

Deixando de acreditar que o inferno existe e prometendo o paraíso cá na terra (tese aliás próxima da explicação que tem do mundo boa parte da esquerda parlamentar, em vias de coligação futura).

Nos próximos tempos são essas duas explicações sobre o passado recente que se vão defrontar no debate público – seja qual for a solução de governo que venha a ser consagrada.

Uma, que transige com a “austeridade” a que estivemos submetidos, lida como condição para o sucesso.

Esta versão só é compatível com um cenário de efectiva melhoria das condições de vida dos portugueses em geral e da evolução favorável dos indicadores económicos e sociais.

Essa explicação, a do Governo, não pode conviver com a suspeita de que os resultados da evolução da economia, que foram apresentados ao longo dos últimos meses e que estiveram na base da vitória eleitoral da coligação PSD/CDS, não correspondem à realidade.

(“Surpresas” como a da sobretaxa do IRS, que ia ser devolvida e agora já não vai, ou vai em muito menor escala, não poderão repetir-se sem demérito geral desta versão.)

Outra, que em boa parte recusou a austeridade – e se recusou a reunir sequer com a troika – e que faz desse confronto e rejeição da receita a base da sua proposta política.

(O PS, que chamou a troika e agora a renega, faz mais lembrar o poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade: “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém.”)

João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento, Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes, que não tinha entrado na história.”

Qual tese vai vencer?

Para o ano saberemos ...

Novo equipamento reflete o bom trabalho feito

A 6 de junho de 1960 nascia, na cidade do Porto, o Abrigo Nossa Senhora da Esperança (ANSE), uma instituição com uma única resposta social, a de Lar, e exclusiva para senhoras. Tem sido assim ao longo dos 55 anos de existência, mas graves problemas, há cerca de 15 anos, quase ditaram o encerramento da instituição.

Quando no ano 2000, um grupo de associados contactou Sílvio Oliveira para que agarrasse os destinos da instituição, perante o “abandono” em bloco dos órgãos sociais eleitos, o atual presidente estava longe de conhecer a situação difícil da instituição.

É que por despacho do secretário de Estado da Segurança Social da altura, a instituição tinha uma ordem de encerramento devido às graves falhas no cumprimento da legislação. Para além da falta de condições que se verificavam, a instituição acolhia, em péssimas condições, cerca de 75 utentes, quando o número ideal para o equipamento é o que atualmente se regista e que é de 35 utentes.

A primeira tarefa de Sílvio Oliveira e da sua Direção foi pôr a casa em ordem, um processo que demorou perto de meia década.

“Fomos trabalhando na consolidação daquela casa, porque onde hoje estão 35 pessoas, na altura chegaram a estar 75. Que qualidade poderia aquela casa dar àquelas pessoas? Estavam umas em cima das outras numa situação pouco digna de uma instituição social”, recorda o presidente.

Para além do número excessivo de utentes, a instituição não cumpria com alguns normativos, como seja a existência de sala de convívio, de elevador, etc.

“Esta situação foi uma das razões para que, em 1999/2000, o secretário de Estado da Segurança Social da altura decretasse o encerramento da instituição”, refere António Figueiredo, diretor-geral do ANSE.

Foi uma situação muito complicada e que só a disponibilidade e diplomacia de Sílvio Oliveira acabou por contornar.

“Na altura, pedi ao secretário de Estado seis meses para tentar inverter a situação. Ele concedeu-me esse tempo e hoje a casa está aberta e tem qualidade. É uma casa antiga, mas tem qualidade. Infelizmente, para quem precisa está permanentemente cheia, pois não há vagas”, lembra o presidente, que critica a atitude dos dirigentes da altura, que quando chegou o despacho do encerramento os órgãos sociais se demitiram em bloco, e também os serviços da Segurança Social: “Foi abandono. O presidente que estava antes de mim chegou lá um dia e disse que se ia embora e foi. Certamente que a Segurança Social da altura também não fazia nada e teve culpas no cartório, porque não vigiou e não controlou e ainda passou licenças”.

Mas há mais alvos nas acusações do presidente: “O Ministério Público foi leviano ao dizer que não sabia como é que tinham desaparecido 75 mil euros. Houve pagamentos no



valor de 75 mil euros que não tinham justificação. Por vezes, encontrava-se um papel atrás de uma porta a dizer cinco mil euros... Bem, desapareceram 75 mil comprovados em auditoria, falta saber se houve mais! A instituição, na altura, era uma máquina de fazer dinheiro e quantos mais utentes tivessem mais dinheiro podiam meter ao bolso”.

Ciente de que conseguia inverter a situação, o presidente reuniu com a Segurança Social solicitando ajuda.

“Era preciso pôr as coisas na ordem e começou por acabar com a anarquia. A Segurança Social até sabia o nome das pessoas que era preciso mandar embora, mas não mandava”, lamenta, indicando que as suas primeiras ações pretenderam “pacificar, responsabilizar e profissionalizar” a instituição e quem nela trabalhava.

Nas negociações com a Segurança Social a fim de reverter a deplorável situação do lar sito na rua de Santa Catarina, Sílvio Oliveira colocou algumas condições.

“O número de 35 utentes acordado como ideal era um número inoportuno para o orçamento que havia na época, porque iam cortar as ajudas de 55 para 35. E nessa altura disse-lhes que entregava as chaves! Depois, demonstrei que a receita patrocinada, quer pelas famílias, que era pouca, quer pela Segurança Social, não cobria os custos de 35 utentes. Havia um défice permanente e eu não podia aceitar uma situação dessas”, recorda, revelando a solução encontrada: “A Segurança Social prometeu ajuda e fomos reduzindo paulatinamente o número de utentes. Não entravam novos utentes até chegarmos aos 35 acordados. Inicialmente, quando negociaram os 35,



propuseram um acordo típico, ao que eu disse não chegar e, então, criaram um acordo atípico, que, no fundo, foi redimensionar o típico em termos económico-financeiros”.

A situação levou cinco anos a normalizar e hoje, segundo Sílvio Oliveira, “o Porto, grosso modo, não dá problemas, porque está muito profissionalizado”.

Estava a salvo a casa fundada por Maria José Novais, “uma senhora muito importante, que foi vereadora da Câmara do Porto e da antiga Câmara Corporativa, e que era, acima de tudo, um coração grande”.

Sílvio Oliveira faz questão de sublinhar o facto de no início a instituição ter sobrevivido porque “a senhora começou a pôr dinheiro do bolso dela”.

Com o lar do Porto estabilizado, obras de

requalificação – seja o saneamento, seja a instalação de um elevador – realizadas, a instituição mostrou ambição e propôs-se crescer, tentando, assim, dar resposta ao problema da lista de espera.

“Esta situação fez-me meter noutra alhada e meti-me na construção de um lar novo, ao abrigo do POPH, primeiro no PARES, pelo qual andámos anos e anos a lutar. Hoje temos este edifício construído, no qual ainda falta uns pormenores, como, por exemplo, um auditório, mas certificado e inaugurado pelo ministro”, afirma satisfeito, acrescentando: “Como a casa estava a funcionar bem e a minha função já não era tão necessária e como não consigo de estar parado no café a cansar-me de não fazer nada, então, cometi a loucura de me pôr a fazer uma obra nova. Hoje dá-me muito gozo esta



obra e estou preparado para me ir embora”.

O diretor-geral da instituição justifica o passo dado com a numerosa lista de espera.

“Atualmente, qualquer ERPI que esteja completa não tem uma lista de espera inferior a 150 pessoas”, argumenta, revelando que, de momento, a taxa de ocupação da nova estrutura, nascida em Milheirós, na Maia, ainda só ronda os 38%. “Foi a necessidade que nos fez avançar”, remata António Figueiredo.

Uma das razões para a baixa ocupação da estrutura inaugurada apenas em Julho do corrente ano é a não comparticipação estatal das vagas existentes.

“A qualidade é inimiga da falta de dinheiro”, afirma Sílvio Oliveira, justificando: “Não tenho prazer nenhum em levar o valor X, Y ou Z a quem está aqui instalado, mas não posso, de maneira nenhuma, deixar desequilibrar a instituição. Estão aqui mais de dois milhões de euros investidos. À medida que vão entrando utentes para completar os 57 lugares de capacidade, vamos, também, metendo mais funcionários. Não estamos cá para ganhar dinheiro, mas não queremos perder para não pôr em risco a sustentabilidade da instituição”.

A este propósito, António Figueiredo reforça a ideia do presidente: “A nossa instituição, acima de tudo, zela pelo cumprimento de excelência da sua missão, ou seja, cuidar, dar bem-estar e dar cuidados de saúde, no fundo, dar uns últimos anos de vida com qualidade às pessoas, mas sem termos uma segunda preocupação, que deve estar ao mesmo nível, que é a com sustentabilidade da instituição, não é possível cumprir com a missão. Se não tivermos mecanismos para garantir a sustentabilidade da instituição, não podemos fazer aquilo para que existimos”.

Nesse sentido, o diretor-geral revela que a instituição, no presente, “está a perder mais de dois mil euros por mês na nova estrutura”, devido a ainda não ter conseguido uma economia de escala.

“O lar não pode ter 22 utentes e só um ou dois funcionários. Ainda não chegámos à velocidade cruzeiro, mas não vamos deixar de prestar os serviços aos nossos utentes porque a casa ainda não está cheia. No Porto, nos últimos cinco anos conseguimos não aumentar nenhuma mensalidade aos utentes. Nos tempos que vivemos isto é um feito, mas tem sido

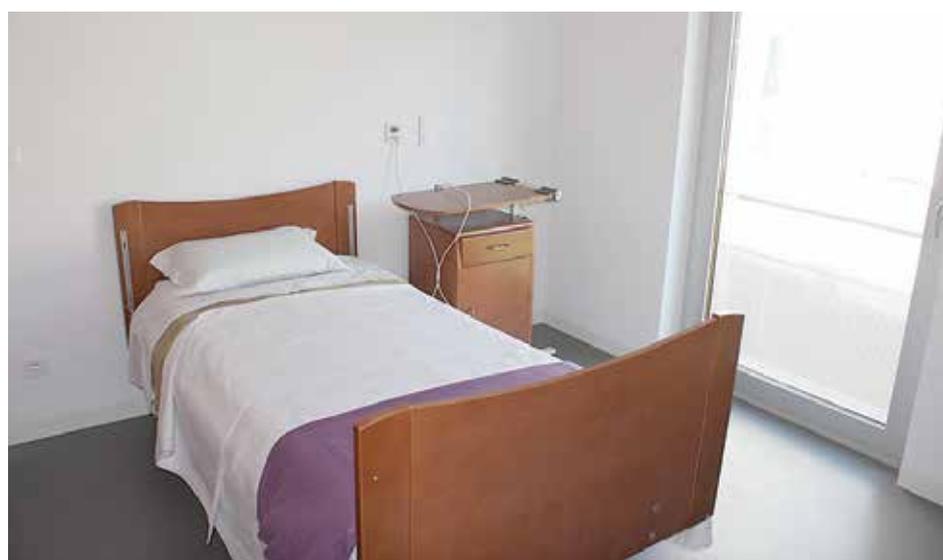
conseguido à custa de renegociação de contratos com os fornecedores, mantendo e melhorando até a qualidade, fazendo angariação de fundos e este ano já conseguimos dar um aumento aos funcionários. No fundo, há um enorme esforço de gestão por parte da instituição para cumprirmos com a nossa missão”, sustenta, sublinhando: “Nos últimos 10 anos a instituição nunca deu nenhum resultado negativo, vai dar este ano em face do investimento. No entanto, nesses anos em que deu lucro houve sempre investimento no equipamento, com a requalificação das instalações no Porto”.

Apesar de tudo, a instituição não está com problemas financeiros, tendo recebido a boa notícia, no passado mês de Outubro, da aprovação do seu pedido ao Fundo de Socorro Social.

“A instituição, atualmente, não vive sobressaltos devido ao forte apoio da Banca, e agora este apoio do Estado, através do Fundo de Socorro Social, vai permitir-nos aligeirar em cerca de 25% os nossos compromissos com a Banca, o que nos vai dar alguma folga para respirar. No próximo ano, vamos ter que começar a amortizar o empréstimo e este dinheiro do Estado vai permitir amortizar juros e respirar um pouco melhor”, refere António Figueiredo, que destaca a profissionalização da gestão na boa situação da instituição: “Neste momento as coisas estão direitas, a situação está estabilizada. Hoje não há despesa que seja aceite sem justificação”.

A isto tudo acresce que, de momento, o rácio utente/cuidador é muito baixo, situação que melhorará no momento em que a capacidade do lar ficar lotado.

“Neste momento, temos um funcionário para cada 5 utentes. Temos uma grande taxa de pessoas dependentes e por isso precisamos de ter um rácio utente/cuidador mais baixo”, justifica o diretor-geral, revelando que os resultados dessa aposta são um orgulho para a instituição: “Somos das poucas instituições no País que tem uma taxa de 0% de úlceras de pressão e isso consegue-se com programas individuais de levante, reposicionamento de X em X horas de acordo com um plano médico estabelecido, hidratação... É uma taxa de que muito nos orgulhamos. Gastamos uns largos milhares de euros



por mês só em creme hidratante, que não é um qualquer”.

E para o presidente não há dúvidas que “é algo que custa muito dinheiro, custa muito a vigiar, mas é algo que tem que ser feito”, ao que o diretor-geral acrescenta: “O nosso core business é ERPI e as coisas aqui estão a correr bem porque temos «know how». Já testámos muitos modelos para várias situações e temos vasto conhecimento sobre o que resulta e o que não resulta. Mesmo assim estamos sempre a tentar melhorar e é isso que, se calhar, nos distingue da maior parte das instituições aqui no distrito do Porto. Temos um conjunto de serviços integrados, que também nos

distingue e apostamos muito nos cuidadores, porque essa é a nossa missão, cuidar dos idosos. As refeições e as limpezas são feitas por empresas externas e isto permite-nos libertar os colaboradores para o que é importante, que é cuidar dos utentes”.

Com a construção do novo lar em Milheirós, a instituição abriu-se a utentes do sexo masculino e a sede da instituição também mudou para a Maia, único concelho no Porto que acolheu a ideia de receber o ANSE, com a cedência de um terreno e o direito de propriedade por 50 anos.

TRIVALOR SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



FRIO EXTREMO

Plano de Contingência entrou em vigor

O Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas, elaborado para prevenir e minimizar os efeitos negativos do frio extremo na saúde da população, entrou em vigor.

Este plano da DGS apresenta “orientações estratégicas que permitem preparar e adequar a resposta dos serviços de saúde e dos cidadãos, perante a perspetiva de ocorrerem condições meteorológicas adversas de frio extremo ou um aumento da incidência de infeções respiratórias”.

Mais camas hospitalares, o adiamento de cuidados não urgentes e altas de casos sociais são algumas das medidas previstas pelo Módulo Inverno deste plano, que decorre até 31 de março.

Entre as medidas de saúde pública definidas no documento está “o reforço das medidas de higiene das mãos, aplicável ao público e aos profissionais de saúde e o aconselhamento aos doentes com infeções respiratórias, nomeadamente com síndrome

gripal, a adoção de medidas de “distanciamento social”.

A DGS reitera a importância da vacinação contra a gripe, tendo definido como objetivo “vacinar, pelo menos, 60% dos cidadãos com 65 ou mais anos de idade”.

Ao nível da prestação dos cuidados de saúde, e no que diz respeito ao ambulatório, o plano determina, entre outras medidas, a “adequação da oferta de consultas (em espaço dedicado, se necessário)”, mediante a “adequação dos horários da consulta aberta ou de recurso” e do “número de consultas para pedidos no próprio dia”.

No internamento, a autoridade de saúde defende uma “adequação da capacidade instalada”, através de “camas suplementares, o adiamento de cuidados não urgentes e altas de casos sociais, se necessário” e o “reforço das medidas de controlo de infeção”. Está igualmente definido que as instituições devem prever a “necessidade de expansão da área de internamento”.

ERASMUS

Programa atrai 7 mil estudantes portugueses

O número de estudantes portugueses integrados no programa europeu Erasmus passou de 25, no ano da sua criação, em 1987, para 6.956, em 2014, e só não aumentou na edição de 2012-2013.

Portugal está integrado no Erasmus desde o seu lançamento pela Comissão Europeia, tendo enviado um total de 81.560 estudantes lusos até à edição de 2014-2015, segundo dados fornecidos pela Agência Nacional Erasmus+, que estimou os apoios médios atribuídos num valor situados entre os 200 e os 300 euros.

Os jovens portugueses sentem-se cada vez mais atraídos para a participação em programas de aprendizagem no estrangeiro, movidos não só pela perspetiva de enriquecimento educativo, mas sobretudo pelo contacto com diferentes meios culturais.

De acordo com dados do programa de mobilidade no ensino superior Erasmus, divulgados em Bruxelas, relativamente ao



ano 2012-2013, a bolsa média, a nível europeu, foi de 272 euros/mês, o que representa um aumento de 9% em relação ao ano anterior (250 Euros).

Em Portugal, dependendo do custo de vida no país de destino, o valor da bolsa atribuída varia entre os 200 e os 300 euros/mês, de acordo com dados da Agência Nacional Erasmus+.

A gestão do dinheiro é apontada como uma das grandes dificuldades desta experiência, como, também, todas as burocracias, a barreira linguística e o facto de se estar sozinho num país desconhecido.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:
 INSTITUIÇÕES PARTICULARES
 SOLIDARIEDADE SOCIAL
 SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
 ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM
WWW.TSR.PT
 [+351] 939 729 729
 TSR@TSR.PT

SOLIDÁRIOS CONSIGO, HÁ 20 ANOS

OBRIGADO




TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - UTENTES CT (AT)

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)

TSR - ORDENADOS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE

NOVO TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

TSR - STOCKS

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
 (UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES)

TSR - QUALIDADE
 TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA INTERNET

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS SEM COMPROMISSO

GRÁTIS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
 APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
 4836-908 GUIMARÃES

TLF.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
 FAX: [+351] 253 408 328

CNIS reclama plano nacional que está em preparação há cinco anos

O presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental, António Leuschner, revelou em Bragança que está em preparação há cinco anos um plano nacional para demências ainda sem data para conclusão e aprovação. O responsável falava à margem de um seminário sobre o tema promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Bragança, em que a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) reclamou a urgência deste plano dado o número crescente de idosos nos lares com estas patologias.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental adiantou que “há duas recomendações da Assembleia da República já com cinco anos” nesse sentido e que estão a ser desenvolvidos estudos no terreno, o que torna o processo mais demorado”.

O responsável explicou que “estão a ser desenvolvidos pela Direção-Geral da Saúde e pelo Programa Nacional de Saúde Mental estudos no terreno, nas áreas de Lisboa, Coimbra e Norte, no sentido de

definir estratégias que possam funcionar como guias de orientação, mas ainda não está nada definido em relação a quando se prevê que possa ser aprovado um diploma sobre esse assunto”.

António Leuschner justificou esta demora afirmando que “seria fácil traçar uma série de princípios orientadores que seriam ou não exequíveis”, mas que se optou por construir um plano “a partir das realidades concretas”. “Aquilo que está a ser mais moroso do que o que se imaginava é o levantamento das situações, não só em termos do número que necessitam de ajuda como principalmente do tipo de cuidados que são necessários”.

Segundo defendeu, “é preciso encontrar soluções para cada estadió de desenvolvimento da doença e é aqui que é necessário ajustar as respostas para [que] não fiquem vazias ou mal ajustadas às necessidades”. “É verdade que seria desejável que tivesse sido mais rápido, mas não foi possível”, admitiu, adiantando que se estima que existam

“entre 120 mil a 150 mil” idosos com algum tipo de demência em Portugal.

A urgência deste plano tem sido reclamada por associações como a Alzheimer Portugal e foi reiterada, em Bragança, por João Dias, adjunto da CNIS, que pede uma maior parceria e apoio, sobretudo por parte da Saúde.

O dirigente afirmou que “as instituições não têm pessoal suficiente e com formação adequada para lidar com estas questões” e acabam por “sofrer por falta dessa política”. “O que queremos é arranjar um patamar de colaboração e parceria com o Ministério da Saúde que nos permita atender esta população de uma forma adequada, tecnicamente ajustada às necessidades”, concretizou.

O provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Eleutério Alves, avançou que existem instituições confrontadas com “uma grande percentagem, na ordem dos 80 por cento” de utentes a sofrerem de alguma demência.

O seminário organizado, em Bragança, tentou dar algumas ferramentas a técnicos

e àqueles que trabalham com esta problemática e também servir de “alerta para o poder político no sentido de pensar bem em soluções para situações deste género”. “O Governo tem de perceber que este fenómeno já é grave, que está numa dimensão muito grande e que é preciso criar estruturas em várias zonas do país para que possam receber as pessoas”, defendeu, argumentando que o tratamento “tem de ser distintivo do restante” prestado nos lares e que “obriga a um maior esforço humano e financeiro das instituições”.

O diretor distrital da segurança Social, Martinho do Nascimento, manifestou “todo o apoio” do organismo, realçando a parceria para este seminário “com os maiores especialistas na área da saúde mental”.

O dirigente já tinha anunciado a disponibilidade da celebração de acordos para a abertura, em 2016, de três unidades especializadas nas misericórdias de Bragança, Mogadouro e Mirandela.

REGIME ESPECIAL DE PROTEÇÃO NA INVALIDEZ

Confederação dos Organismos de Deficientes exige revogação da nova lei

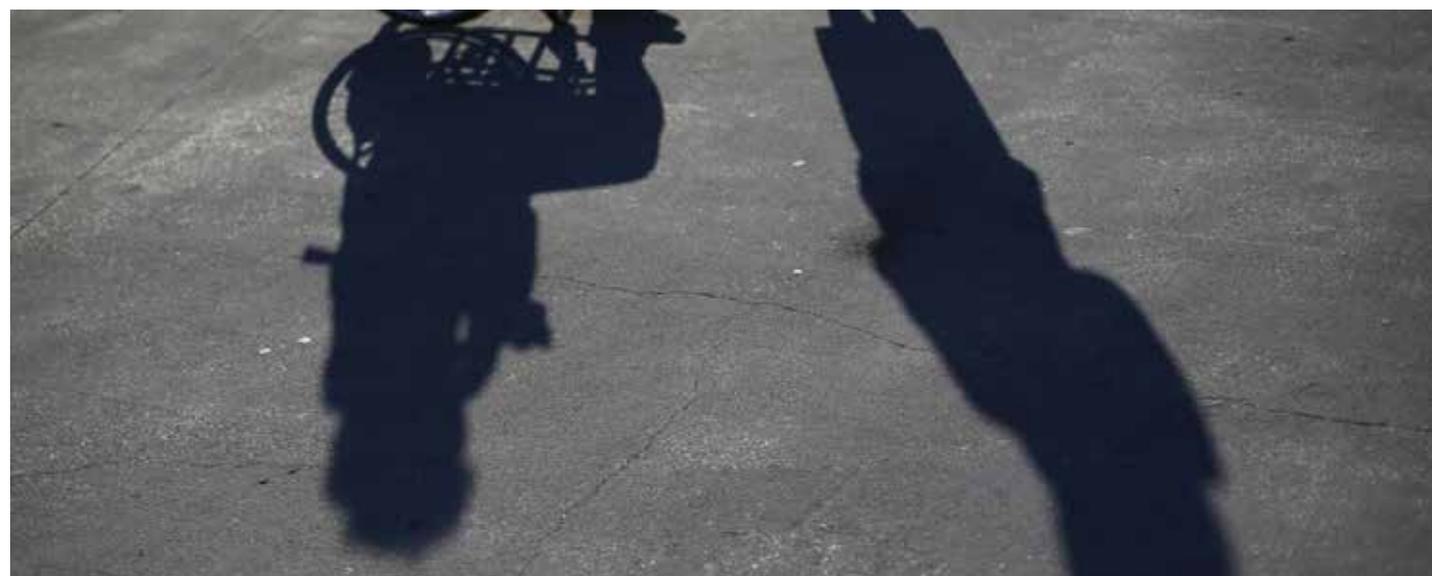
A Confederação dos Organismos de Deficientes exigiu a revogação da nova lei que altera o regime especial de proteção na invalidez por considerar que ela representa um retrocesso e retira direitos a quem recebe este tipo de apoio social. “A CNOD exige a revogação desta legislação que representa um desumano e inaceitável retrocesso no direito à proteção social na invalidez defendendo por isso a sua revogação”, diz a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes CNOD numa nota de imprensa.

A confederação, que representa 38 associações de pessoas com deficiência, crítica que o novo decreto-lei sobre o regime especial de proteção na invalidez tenha “posto fim à lista de doenças consideradas incapacitantes para efeitos de atribuição desta prestação social”.

O regime especial de proteção na invalidez e o complemento por dependência foram sujeitos a alterações legislativas, aglutinadas num decreto-lei publicado em Diário da República, que entra em vigor a 01 de janeiro de 2016.

O decreto-lei 246/2015 introduziu a primeira alteração ao regime especial de proteção na invalidez, de 2009, e a terceira alteração ao decreto-lei que em 1999 criou o complemento por dependência.

A nova legislação, aprovada a 13 de



agosto em Conselho de Ministros, assume a necessidade de assumir “uma maior abrangência do universo de potenciais beneficiados”, adotando “um novo conceito de incapacidade permanente para o trabalho determinante de invalidez especial”.

O decreto-lei determina a aplicação, a título experimental, durante seis meses, da Tabela Nacional de Funcionalidades nas peritagens médicas de avaliação de incapacidade permanente para o trabalho, deficiência e dependência, para efeito de atribuição das respetivas prestações sociais.

A CNOD considera que o fim da lista

de doenças incapacitantes “acabará por ser um corte geral de direitos dos portugueses que necessitam de proteção na invalidez”.

“Em vez de criarem o Estatuto do Doente Crónico e uma Tabela Nacional de Incapacidade e Funcionalidades da Saúde que abranja as diferentes realidades incapacitantes, preferem atacar os direitos de quem, hoje, recebe esse apoio”, crítica a confederação referindo-se ao Governo.

A CNOD “exige a revogação desta legislação que representa um desumano e inaceitável retrocesso no direito à

proteção social na invalidez”.

A Associação Todos com a Esclerose Múltipla (TEM) enviou uma carta ao ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e ao diretor-geral de saúde a criticar o decreto-lei 246/2015, por considerar que a alteração ao regime especial de proteção na invalidez vai deixar desprotegidos muitos doentes incapacitados para trabalhar e pediu ao Governo legislação mais abrangente, nomeadamente o Estatuto do Doente Crónico e uma Tabela Nacional de Incapacidade e Funcionalidades da Saúde.

Sobre a desigualdade: Uma nova teoria

José FIGUEIREDO/Economista

A desigualdade, em abstracto, é uma coisa má. Tomando a perspectiva moral, creio que nisso estamos todos de acordo!

Mas uma coisa é a moral, outra é a ciência e, em particular, a economia.

A ciência deveria estar interessada em questões como esta: existe um trade-off entre desigualdade e crescimento? Ou seja, se queremos que a economia cresça mais devemos de tolerar níveis de desigualdade maiores?

A narrativa conservadora tende a responder sim, a narrativa progressista tende a responder não.

A narrativa conservadora diz que se coarctarmos, por exemplo com políticas fiscais progressivas, o rendimento dos mais trabalhadores e dos mais talentosos, a economia sofre porque diminuímos o incentivo ao esforço, à criatividade e ao risco. A produtividade e o investimento devem cair!

A narrativa progressista diz que quando os rendimentos são distribuídos de forma muito desigual temos um problema: os mais ricos tendem a poupar mais, logo a propensão ao consumo baixa. Com consumo mais baixo há menos oportunidades para o investimento. Também se desperdiça muito capital humano porque os mais pobres não conseguem obter formação superior, etc.

Este vosso criado já abordou o tema num dos textos anteriores. É sabido que com a revolução liberal dos anos 80 foram desmanteladas as políticas fiscais fortemente progressivas dos anos do pós-guerra, os mercados foram libertados dos fardos regulatórios e a desigualdade cresceu ao ponto de, segundo algumas métricas, estar agora em níveis próximos do início do século XX.

Deveríamos então ter assistido a um crescimento forte da produtividade e do investimento.

Como demonstrei na altura isso não aparece nos dados. A haver alguma evidência empírica vai no sentido contrário da narrativa conservadora.

Claro que uma evidência empírica tão simples não demonstra nada, não prova nada. Se prova alguma coisa é que a narrativa conservadora tem de se esforçar um pouco mais para nos convencer.

Volto a este assunto porque saíram recentemente dois estudos sobre o tema, provenientes de instituições que não podem ser acusadas de estar a soldo dos malvados esquerdistas ou dos que são contra a economia de mercado: refiro-me ao FMI e à OCDE.

O papel do FMI diz-nos que a evidência empírica mostra que quando a parte do bolo que vai para os 20% mais abonados aumenta em 1%, o crescimento económico nos cinco anos seguintes desce 0,08%, ou seja, um efeito negativo, mas pequeno. Em contrapartida, quando a quota dos 20% mais pobres aumenta em 1%, o crescimento nos cinco anos seguintes melhora em 0,38%, ou seja, um efeito mais forte.

O estudo da OCDE chega mais ou menos às mesmas conclusões embora, no caso da OCDE, a evidência empírica mostre que o que faz mesmo mal ao crescimento económico é a perda de quota dos mais pobres em relação ao resto da população. Aparentemente a parte do bolo que vai para as classes de topo parece não ter grande impacto no crescimento futuro.

Ou seja, mais uma vez toda a evidência empírica parece apontar para que mais desigualdade não implica mais crescimento, bem pelo contrário.

Mas evidência empírica é uma coisa, conhecimento científico é outra. Enquanto não compreendermos racionalmente o que os dados nos dizem a ciência não completou o seu trabalho. E, nesta matéria, o trabalho está claramente por fazer.

O livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, é sobretudo o resultado de uma longa pesquisa empírica e produziu um acervo de dados que tem ajudado a transportar o problema da desigualdade do território sempre movediço da moral e da política para o domínio do debate entre economistas. Graças ao sucesso editorial do livro teve também o mérito de trazer o debate para os grandes fóruns internacionais.

Contudo a abordagem teórica do livro de Piketty é pobre. A famosa regra de $r > g$, taxa de retorno do capital maior que taxas de crescimento implica mais desigualdade, tem pouco poder explicativo.

Precisamos de uma nova teoria que nos ajude a pensar com rigor este tema.

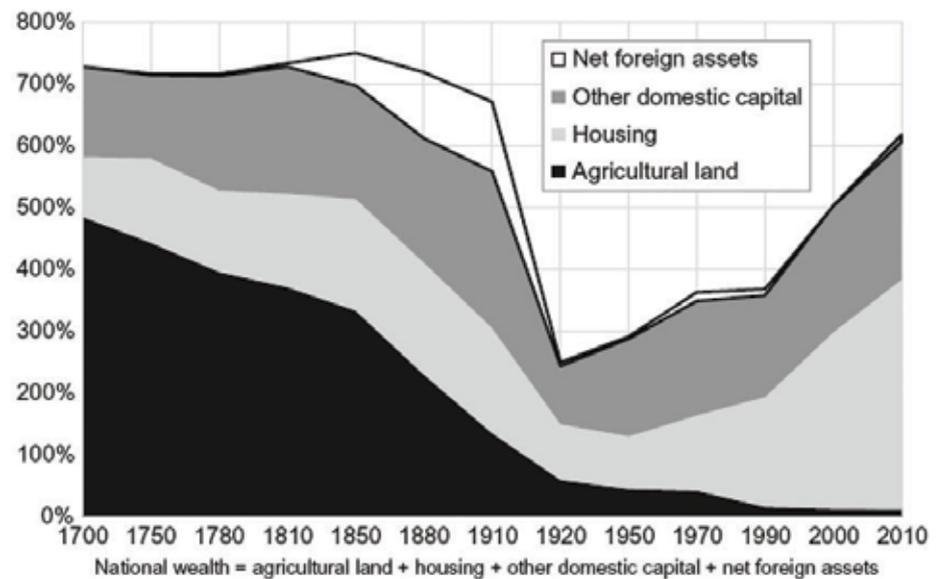
Desde logo a nova teoria deve precisar melhor os conceitos, que muitas vezes aparecem confundidos, nomeadamente a distinção entre riqueza e capital.

Uma sociedade pode ter o stock de capital produtivo estável e assistir a um crescimento forte da riqueza.

O capital produtivo faz parte da riqueza mas há muita riqueza que não é capital



produtivo. Terra e rendas são hoje as formas de riqueza dominantes. Não se trata aqui de terra agrícola, que, aliás, constituía o essencial do stock de capital até à revolução industrial, trata-se agora de terra urbana, terra onde são construídos imóveis residenciais, comerciais ou outros. O quadro seguinte descreve a evolução da riqueza em França ao longo de mais de 300 anos.



Fonte: Thomas Piketty: *Wealth and Inheritance in the Long Run*

Como podemos ver mais de metade da riqueza nacional é actualmente constituída por imobiliário, ou seja, essencialmente o valor da terra onde está construído.

As rendas são, por sua vez, os mil e um mecanismos que permitem a pessoas ou grupos obter um direito de saque sobre uma parte dos rendimentos criados na sociedade.

Por exemplo quando contratos entre o estado e as produtoras eléctricas permitem rendas exorbitantes para essas empresas os beneficiários são os respectivos accionistas que ficam mais ricos sem que um único KW de energia adicional seja produzido ou um cêntimo de investimento real seja realizado.

O mesmo se diga dos contratos ruinosos das PPP e outras rendas que o poder político vai criando.

Por outro lado a desigualdade no acesso à riqueza (riqueza efectiva e não capital produtivo) já não é o único factor a ter em conta. O acesso ao capital humano terá um papel cada vez mais importante no futuro e na futura geração de desigualdades sociais.

Mesmo que admitíssemos que toda a desigualdade actual se deve a diferença de esforço e talento e que não tem nada que ver com desigualdade de oportunidades (o que é um absurdo), isso já não seria válido na próxima geração – os mais ricos dão melhor preparação aos filhos e, mesmo que a escola pública permitisse eliminar parte desta desigualdade, é evidente que as redes de influências permitirão sempre aos filhos dos mais ricos melhores oportunidades de carreira ainda que com qualificação equivalente ou inferior.

Parece óbvio que não podemos analisar estes temas sem estudar a fundo os sistemas de herança e a respectiva tributação.

A teoria destas coisas está por fazer. Mas faz falta, muita falta!

Para terminar uma referência factos recentes no âmbito deste tema e que correspondem ambos a evoluções positivas.

Na Califórnia foi apresentado um projecto de legislação que visa regular a taxa de imposto das empresas pelo nível de desigualdade na distribuição dos seus salários – distribuições mais desequilibradas levam a impostos mais altos. O projecto não passou mas o simples facto de existir clima para a sua apresentação é uma evolução positiva.

Doravante as empresas cotadas americanas e inglesas vão ser obrigadas a reportar a relação entre o rendimento do Presidente Executivo e o salário mediano. Quem sabe, alguns vão ter vergonha!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





“Chegou o Outono...”

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 - **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESTUDO

Portugal recuou quase dez anos em termos sociais

O economista Carlos Farinha Rodrigues afirmou que entre 2010 e 2013 Portugal recuou quase dez anos em termos sociais, com os níveis de pobreza a voltarem aos do início do século.

Carlos Farinha Rodrigues coordenou o estudo divulgado em 2012 "Desigualdades em Portugal", que tem como ano de referência 2009, período antes do início da crise, que vai ser agora atualizado num projeto realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UL). "A grande potencialidade deste estudo é que vai fazer uma avaliação tão rigorosa quanto possível dos efeitos da crise e das políticas de austeridade na distribuição dos rendimentos na pobreza e nas situações de precariedade social", explicou o professor do ISEG, que falava a propósito do Dia Internacional de Erradicação da Pobreza.

Já existem alguns trabalhos realizados e que vão ser vertidos neste estudo que permitem "traçar um retrato que não

é propriamente um retrato feliz, porque ao longo destes quatro anos de ajustamento tivemos um forte agravamento da precariedade social" e existe um conjunto de fatores que são "extremamente preocupantes", frisou.

Em relação aos resultados do estudo anterior "verificámos que "em três anos, de 2010 a 2013, recuámos quase 10 anos em termos sociais", salientou. "Os níveis de pobreza voltaram para os níveis do início do século, a desigualdade aumentou e acima de tudo a pobreza das crianças tornou-se mais notória, mais evidente, mais preocupante", sustentou.

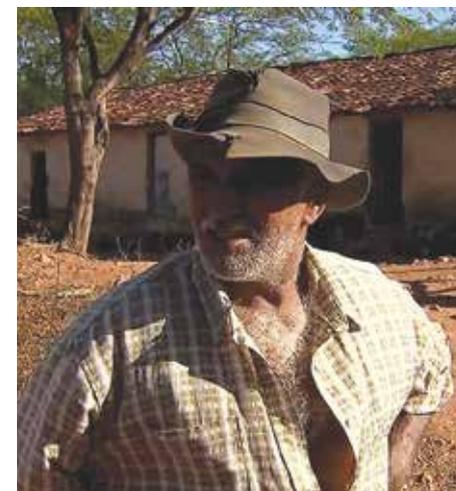
Questionado sobre se a recuperação económica já está a ter impacto na melhoria das condições de vida dos portugueses, o economista disse ainda não existir informação que confirme essa situação, à exceção da melhoria dos indicadores de desemprego, que terão algum impacto.

O retrato do que aconteceu nos últimos dois anos tem sido transmitido pelas

instituições de solidariedade social que estão no terreno em contacto com as situações de pobreza. "Aí, infelizmente, não há nada que permita antecipar que a recuperação já tenha chegado às famílias mais pobres, antes pelo contrário", sublinhou.

Lembrou que os efeitos da crise e das políticas seguidas conduziram à "formação de novos pobres e ao agravamento das condições de vida dos pobres mais tradicionais". Para o economista, esta situação só pode ser combatida através de "uma estratégia de combate à pobreza, que responsabilize o Estado por essa estratégia", e que "simultaneamente seja capaz de apelar à participação do melhor" que existe na sociedade civil. Para isso, tem de "existir de facto preocupação social e vontade política de inverter esta situação, que na minha opinião é trágica".

Farinha Rodrigues adiantou que "os portugueses deram mostras de uma capacidade de solidariedade muito grande durante este período", dando como exemplo



os reformados com "pensões baixíssimas" que abdicam dessas reformas para apoiar os filhos atingidos pelo desemprego. "O povo português fez a sua parte o que falta é que o Estado cumpra aquilo que deve fazer que é assumir claramente o combate à pobreza e exclusão social em Portugal", defendeu.

Soluções para a Economia Social

- Organização Administrativa**
Consultoria e Gestão
- Mediação de seguros**
Soluções personalizadas
- Soluções tecnológicas**
Software administrativo e financeiro

Estamos onde você está.
Atuamos nas instalações do cliente

☎ 265 537 590 | ✉ geral@odulisser.pt | www.odulisser.pt

ODULISSER
PRIME PARTNER **F3M**
Information Systems

Soluções específicas em Lavandarias Profissionais para IPSS.

Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 · 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 · Fax: 225 401 284
info@milplus.pt